

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CRISTIAN VERÍSSIMO GIVIGI

**A EXPANSÃO DA ECONOMIA AGROEXPORTADORA E A RESISTÊNCIA INDÍGENA
NA ARGENTINA:**

A colonização do fim do mundo (1868-1886)

Mariana - MG

Março de 2025

CRISTIAN VERÍSSIMO GIVIGI

**A EXPANSÃO DA ECONOMIA AGROEXPORTADORA E A RESISTÊNCIA INDÍGENA
NA ARGENTINA:**

A colonização do fim do mundo (1868-1886)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Universidade Federal De Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Nava Sanchez

Mariana – MG

2025



FOLHA DE APROVAÇÃO

Cristian Veríssimo Givigi

A expansão da economia agroexportadora e a resistência indígena na Argentina: A colonização do fim do mundo (1868-1886)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História

Aprovada em 11 de abril de 2025

Membros da banca

Doutor - Alfredo Nava Sánchez - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Doutor - Yobani Maikel Gonzales Jauregui - Universidade Federal de São João del-Rei

Alfredo Nava Sánchez, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 23/06/2025



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Nava Sánchez, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/06/2025, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0932069** e o código CRC **485FD5B0**.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço imensamente a Deus e a Nossa Senhora por serem a minha âncora e por me acompanharem nessa jornada, que teve início semanas antes do início da pandemia de COVID-19 e que me acompanharam em todos os lugares, tanto nos momentos bons quanto ruins. Em segundo lugar, agradeço a minha avó, grande pilar da vida da minha família, a senhora Maria Barbosa Veríssimo. Em terceiro lugar, agradeço aos meus pais, Sandra Maria Barbosa Veríssimo, Dejair Machado e Cenildo Rosa Givigi, por seu amor incondicional, apoio irrestrito a todo tempo e fé inabalável em minha capacidade. Agradeço, também, minhas tias Lúcia Barbosa Veríssimo, Conceição Barbosa Veríssimo, Elizângela Veríssimo Mesquita, Sônia Barbosa Veríssimo e Rosa Barbosa Veríssimo, que sempre foram colunas importantes na minha vida e me ofereceram carinho incrível, mas também um exemplo de força e determinação que me inspiraram ao longo de toda a minha jornada. Meus agradecimentos mais sinceros à nação Argentina, e às pessoas incríveis que tive a honra de conhecer em minhas viagens para suas 11 províncias. E a todos os povos indígenas, cuja resistência e sabedoria são uma constante fonte de inspiração para este estudo e em minha vida.

Finalmente, o agradecimento mais que especial ao meu orientador, Professor Alfredo Nava Sanchez, cuja orientação paciente, dedicada e criteriosa foi absolutamente essencial para o desenvolvimento desta pesquisa. Sua disponibilidade para discutir ideias, suas sugestões valiosas e seu constante estímulo intelectual foram fundamentais para o desenvolvimento deste projeto. Agradeço a todos os professores do Departamento de História da UFOP, em especial àqueles que, com seu conhecimento e paixão pelo ensino, contribuíram muito para minha formação acadêmica e pessoal. À República Federal Zona, meu muito obrigado, por muito mais do que uma república, serem uma casa, um lar entre desconhecidos, onde passei momentos de pura raiva e puro amor e fiz amigos que levarei para vida. A Universidade Federal de Ouro Preto, instituição que me adotou e me forneceu não somente uma base de conhecimentos sólidos, mas também experiências fantásticas que me mudaram para sempre.

RESUMO

Este estudo analisa o processo de colonização da Argentina e a consolidação do modelo agroexportador como base econômica no século XIX. Inicialmente, a colonização espanhola estabeleceu uma problemática relação entre terra e população que marcou profundamente a formação econômica do país. Com a Independência, a Argentina direcionou sua produção para o mercado externo, exportando carne e grãos mediante investimentos estrangeiros – particularmente britânicos – que financiaram a construção de ferrovias e infraestrutura voltada para atender à demanda europeia. Esse modelo fortaleceu politicamente a oligarquia latifundiária e inseriu o país no mercado mundial, mas simultaneamente aprofundou as desigualdades sociais e criou uma dependência estrutural de economias centrais. A pesquisa investiga os pilares desse sistema (terra, capital estrangeiro e força de trabalho), seus impactos na sociedade argentina e as críticas ao desenvolvimento unilateral voltado à exportação. Metodologicamente, articula fontes primárias – como registros de transações comerciais e documentos governamentais – com análises historiográficas, visando compreender tanto os mecanismos de perpetuação desse modelo quanto seus legados para a economia contemporânea.

Palavras-chave: Economia agroexportadora; Argentina século XIX; Dependência econômica; Colonização; Oligarquia.

ABSTRACT

This study analyses the process of colonization in Argentina and the consolidation of the agro-export model as an economic base in the 19th century. Initially, Spanish colonization established a problematic relationship between land and population that profoundly marked the country's economic formation. With independence, Argentina turned its production towards the foreign market, exporting meat and grains through foreign investment - particularly British investment - which financed the construction of railroads and infrastructure to meet European demand. This model politically strengthened the landowning oligarchy and inserted the country into the world market, but at the same time deepened social inequalities and created a structural dependence on central economies. The research investigates the pillars of this system (land, foreign capital and labor), their impact on Argentine society and the criticisms of unilateral export-oriented development. Methodologically, it combines primary sources - such as records of commercial transactions and government documents - with historiographical analysis, with the aim of understanding both the mechanisms of perpetuation of this model and its legacies for the contemporary economy.

Keywords: Agro-export economy; Argentina 19th century; Economic dependence; Colonization; Oligarchy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição dos povos originários (séculos XVI a XVII, aproximadamente)	14
Figura 2 – Organização política das possessões espanholas no final do século XVIII	14
Figura 3 – Vice-Reino do Rio da Prata (1782)	15
Figura 4 – Províncias Unidas do Rio da Prata (1825–1852)	15
Figura 5 – Exportações da República Argentina, entre 1875 e 1914	39
Figura 6 – La conquista del desierto (1889), de Juan Manuel Blan.....	40
Figura 7 – República Argentina, Províncias e Territórios (1884–1943)	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 COLONIZAÇÃO PELO NORTE: CONTEXTO FUNDAMENTO.....	11
1.1.1 Povos originários do Norte: diversidade, resistência e início dos conflitos.....	11
1.1.2 Conflitos e tratados na formação do Estado	16
2 ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO	20
2.1 A ideia de deserto.....	26
2.2 Política de imigração: Governo Nicolás Avellaneda (1874–1880)	27
2.3 Os povos do Sul e Calfucurá: O Grande Líder da Resistência Indígena.....	29
2.4A Campanha do Deserto: Governo Julio Argentino Roca (1880–1886)	32
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS.....	47

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o modelo agroexportador desenvolvido pela República Argentina, consolidou-se a partir da segunda metade do século XIX, após um longo período de instabilidade política e de com conflitos internos e externos, o país conseguiu unificar-se sob a liderança de Bartolomé Mitre Martinez (1862-1868), a partir dos governos que se seguiram o modelo econômico adotado pela nação teve como seus principais articuladores os presidentes; Domingo Faustino Sarmiento Albarracín (1868-1874), Nicolás Remigio Aurelio Avellaneda Silva (1874-1880) e Alejo Julio Argentino Roca Paz (1880-1886).

Assim como grande parte das economias latino-americanas, a economia argentina estruturou-se fortemente voltada à produção de bens primários, especialmente cereais, lã e carne bovina. Essa dinâmica desenvolveu uma sociedade marcada por relações políticas, econômicas e sociais muito singular, caracterizada pelo contraste absoluto entre Buenos Aires e as demais províncias que formavam parte do território nacional, essas diferenças transparecem na historiografia oficial ao analisar as particularidades da Argentina no contexto Sul-americano. A incorporação do país ao sistema econômico global deu-se através da exportação de commodities, durante a segunda fase da Revolução industrial ,período histórico que destacou-se por inovações tecnológicas em setores como o de transporte, o elétrico, químico e de produção. Sob a égide do liberalismo econômico clássico, o país priorizou o abastecimento dos mercados consumidores europeus industrializados, particularmente o mercado britânico, que em contrapartida investiu fortemente no país platino, principalmente no desenvolvimento de infraestruturas voltadas às exportações, como ferrovias e portos, no ano de 1889 a Argentina absorveu entre 40% e 50% de todos os fundos de investimentos de fora da Grã-Bretanha - também teve início uma nova era nas relações entre os dois países. (Ferns, 1960 p. 397).

Ao refletir sobre as implicações desse modelo, influenciado sobretudo pelo filme dirigido por Felipe Gálvez, “Os Colonos (filme de 2023)”,que tem como pano de fundo as disputas territoriais entre a argentina e o chile sobre a Terra do Fogo, bem como o lobby dos grandes latifundiários e o extermínio deliberado do povo “Selk’nam.

Após uma busca profunda sobre a veracidade dos fatos apresentados pela obra cinematográfica, surgiram questionamentos a cerca ; Até que ponto a formação do Estado nacional argentino beneficiou-se da adoção do modelo agroexportador? Quais políticas

facilitam sua implementação? Como a primazia do setor agrário impactou os povos originários das regiões do Chaco e da Patagônia? De que forma esses povos resistiram à expansão da fronteira agrícola sobre seus territórios? A Campanha do Deserto (1878-1885), pode ser considerada um episódio de limpeza étnica perpetrado pelo Estado argentino?

Na tentativa de responder a esses questionamentos, este trabalho propõe uma revisão historiográfica alinhada às discussões contemporâneas sobre a formação dos Estados nacionais e a história dos povos originários no contexto latino-americano. Para isso, apoia-se em contribuições fundamentais de quatro pesquisadores cujas obras foram cruciais para esse processo: Gabriel Passeti, doutor em História Social pela USP, autor da tese “O mundo interligado: poder, guerra e território nas lutas na Argentina e na Nova Zelândia (1826-1885)” (2010) e do livro *Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)* (2005), oferece uma análise detalhada das dinâmicas de poder e conflito no sul argentino. Federico Lorenz, doutor em Ciências Sociais pelo IDES-UNGS e autor de *Guerras de la Historia Argentina* (2012), contribui com uma visão abrangente sobre os conflitos armados que moldaram a história do país. Osvaldo Coggiola, doutor em História Comparada das Sociedades Contemporâneas pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1983), enriquece a discussão com seu texto *Dossiê: Travessia: Migrações*, publicado na *Revista Brasileira de História* (1997), que aborda as transformações sociais e políticas da região. Julio Esteban Vezub, diretor do Instituto Patagónico de Ciencias Sociales y Humanas, complementa a análise com sua contribuição ao capítulo 10 de *Guerras de la Historia Argentina* (2012), destacando as complexidades da formação do Estado na Patagônia.

Esses autores fornecem as bases para compreender a formação do Estado argentino e os conflitos que marcaram esse período histórico. A partir de suas contribuições, busca-se analisar a articulação entre o modelo agroexportador e as dinâmicas políticas e sociais que moldaram o país, oferecendo uma visão mais profunda e contextualizada desse capítulo da história.

As intercessões entre essas fontes, tem como objetivo analisar as raízes históricas e alguns dos impactos da economia primário-exportadora sobre a configuração social e política da Argentina na segunda metade do século XIX. Interessa-se, sobretudo, em discutir a relação entre a expansão da fronteira agrícola e a estruturação de um modelo que privilegiou os interesses de uma elite agrária e a concentração do poder político em Buenos Aires. A partir da análise das decisões políticas envolvidas nesse processo será possível dimensionar os impactos desse modelo sobre a sociedade e sobre a construção de um imaginário de uma

argentina herdeira da civilização europeia na América do Sul , bem como o caráter genocida adotado pelo estado contra os povos originários na chamada “Campanha do Deserto”(1878-1885).

Com isso, pretende-se contribuir para o debate sobre a formação dos estados nacionais americanos, iluminando o conhecimento sobre a resistência indígena em outros países da região do cone sul. Onde processos de expansão da fronteira agrícola ,assim como ocorreu no Brasil e nos Estados Unidos, levou a um confronto violento entre os colonizadores e os povos originários, que muitas vezes foram retrados pela historiografia oficial desses países como “selvagens” e “símbolos de atraso” ao progresso.Oferecendo assim condições para compreender a Argentina contemporânea e suas tradições.

CAPÍTULO 1. A COLONIZAÇÃO PELO NORTE: CONTEXTO E FUNDAMENTOS

A colonização da Argentina não teve início na extensa costa atlântica do país, mas sim no Norte. Isso ocorreu principalmente devido à proximidade com os importantes centros econômicos e administrativos do período no Vice-Reino do Peru, incluindo Lima (atual capital peruana) e Potosí (localizada na Bolívia atual). Essas áreas eram estratégicas para os colonizadores, pois possuíam abundância de ouro e prata. Apesar da primeira tentativa de fundar a cidade de Buenos Aires, às margens do Rio da Prata, ter ocorrido em 1536, pelo adelantado Pedro de Mendoza, a tentativa falhou devido aos constantes ataques e saques perpetrados pelos povos originários que habitavam o Pampa. Foi a partir da fixação dos espanhóis no que hoje corresponde ao Paraguai que as expedições rumo ao interior do Cone Sul se intensificaram. Muito graças a Assunção, fundada em 1537, a vila conseguiu manter-se estável e ficou conhecida como a “mãe das cidades”, como explica o historiador argentino Raúl Fradkin: “A primeira cidade a prosperar em solo argentino foi fundada por Francisco de Aguirre, e chamada de Santiago del Estero (1553), marcando o início da presença espanhola permanente no território” (Fradkin, 2021, p. 32).

Nos anos que decorreram entre 1560 e 1580, cidades importantes como Salta, Tucumán, San Salvador de Jujuy foram estabelecidas, mas foi principalmente Córdoba, fundada em 1573, em uma região mais ao centro do território, que tornou-se um importante centro educacional e religioso, consolidando a presença espanhola, criando-se assim uma rota comercial e estratégica que conectava o Altiplano Andino ao litoral do Atlântico. Esta rede foi crucial para o abastecimento das minas de prata de Potosí, no Alto Peru (atual Bolívia), que era então um dos principais motores econômicos do império espanhol. Como observa o historiador Carlos Mayo, ao dizer que “a localização do norte argentino permitiu que se tornasse um nó crucial na rede comercial colonial” (MAYO, 2009, p. 45).

1.1. Povos Originários do Norte: Diversidade, Resistência e Início dos Conflitos

Antes de os espanhóis chegarem ao norte da Argentina, seu território já era compartilhado por vários povos indígenas, como os Diaguitas, Calchaquies e Omaguacas, todos apresentando organizações sociais muito complexas e forte adaptação às condições ambientais tanto na região andina quanto no grande Chaco. Entre eles, os Diaguitas demonstraram particularmente excelente resistência militar e cultural à expansão do Império Inca e à invasão

¹Citações traduzidas do espanhol pelo *DeepL Translator* (2025). Disponível em: <https://www.deepl.com/pt-BR/translator>.

espanhola, usando principalmente táticas de guerrilha e alianças entre tribos para dificultar a consolidação colonial. A chegada dos europeus no século XVI mudou drasticamente a natureza dessas comunidades. Mesmo sob trabalho forçado pelos encomenderos e as epidemias introduzidas de doenças como varíola e sarampo, a resistência foi enorme e durou muitos anos. Por exemplo, os calchaquies permaneceram como uma das formas mais proeminentes de resistência comunitária no que agora é chamado de "Guerras Calchaquies", um ideal nacionalista que inspirou décadas de luta.

O efeito cultural foi significativo: os missionários espanhóis buscaram converter os povos indígenas ao cristianismo, frequentemente destruindo tradições e costumes culturais locais. A criação de reduções na região, situada entre as atuais fronteiras do Brasil, Paraguai e Argentina, pode ser ilustrada pelo exemplo da missão de Concepción de Cayastá, estabelecida pelos franciscanos em 1750, com a captura de indígenas charruas na Província de Entre Ríos que foram forçados a estabelecerem-se na missão próxima a cidade de Santa Fé.

No contexto da sua fundação, o governador de Buenos Aires, em setembro de 1749, manifestou a intenção de organizar uma expedição punitiva coordenada entre várias jurisdições, entre as quais Corrientes, Santa Fé, Missões e a Banda Oriental, para impedir que os chamados “infieis” encontrassem refúgio nos territórios vizinhos. O objetivo era a destruição completa dos grupos indígenas identificados como inimigos, como os Charrúas, Mantadas, Marcianos, Bojanes e Yaros, cuja população total era estimada em cerca de três mil pessoas, das quais seiscentas eram guerreiros armados. Embora existam dúvidas sobre a identidade étnica de alguns destes grupos, a documentação da época referia-se muitas vezes especificamente aos Charrúas como o principal alvo das operações coloniais (BRACCO, 2022,p.80).

Mesmo com sua aptidão inicial, a missão de Concepción de Cayastá se deparou com obstáculos significativos que ameaçaram sua viabilidade a longo prazo. Uma das maiores barreiras eram as restrições financeiras, pois os fundos destinados à manutenção da missão não eram suficientes para assegurar sua autossuficiência e suprir as demandas da população indígena reduzida. Ademais, o desinteresse do governo era claro, demonstrando a menor importância dada a essas ações em relação a outros projetos coloniais, como o domínio de rotas comerciais ou a expansão territorial

De acordo com Tulio Halperín Donghi, essa resistência indígena pode ser considerada um elemento crucial que impediu a total expansão do império espanhol na área. O desafio de submeter completamente essas populações à lógica colonial constituiu um obstáculo para a consolidação do domínio espanhol, particularmente em regiões fronteiriças onde a presença indígena era mais evidente. Em particular, os charruas eram famosos pela sua capacidade de resistir à conquista e preservar uma identidade coletiva, mesmo diante de políticas coloniais

que visavam desestabilizá-los. Halperín Donghi (1985, p. 78) destaca que a ocupação do norte argentino não foi um evento linear, mas sim marcado pela resistência cultural e política dos povos indígenas, que reafirmaram suas tradições mesmo sob pressão colonial.

Esta dinâmica resultou no declínio progressivo da missão de Concepción de Cayastá, que foi encerrada no começo do século XIX. É através deste exemplo, que podemos ver que os processos coloniais não ocorriam de maneira unilateral, mas caracterizados por interações complexas entre os colonizadores e as comunidades indígenas, cujos o histórico de resistência imprimiram traços duradouros na história da região que se mostraram cruciais na forte oposição ao intento de colonização até os dias de hoje.

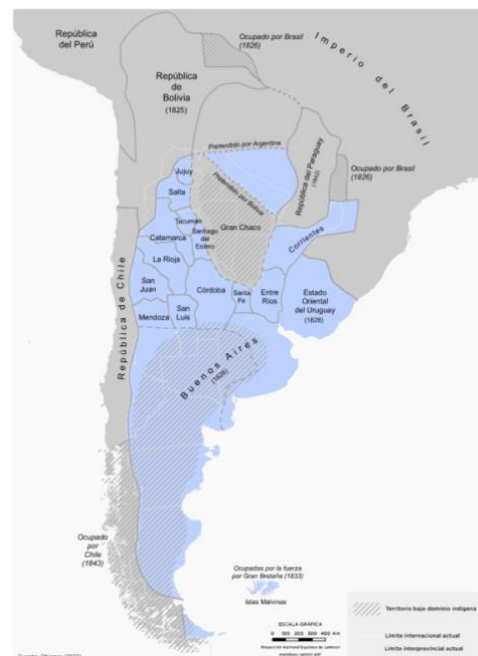
E mesmo com o início dos processos de independência e o estabelecimento de repúblicas ao longo da América espanhola, como a Argentina, essa perspectiva permaneceu, porém foi reinterpretada no âmbito do liberalismo econômico e do projeto de modernização da nação. Os indígenas foram progressivamente percebidos como entraves ao avanço, uma vez que ocupavam extensas áreas que o governo e os colonizadores ansiavam incorporar às economias de exportação agrícola. A região norte tornou-se um dos pontos essenciais da economia colonial e pós-colonial, passando por intensos processos de exploração e marginalização de suas populações nativas. Essa dinâmica de dependência e resistência não só ajudou a determinar o desenvolvimento econômico da região, mas também esteve na base dos seus conflitos sociais e culturais.

Figura 3: Vice-Reino do Rio da Prata (1782).



Fonte: Almirón e López Calvo (2020, p.15).

Figura 4: Províncias Unidas do Rio da Prata (1825-1852).



Fonte: Almirón e López Calvo (2020, p. 10).

1.2. Conflitos e tratados na formação do Estado

Vem do início do processo colonial os contrastes entre o norte e o sul da Argentina, que, aprofundados no século XIX, foram elementos centrais nos conflitos políticos e na construção da identidade nacional. Pois foi da colonização inicial do Norte, com sua economia baseada na agricultura e em laços de subsistência, que contrastava com o Sul, especialmente Buenos Aires, que, desde que o Vice-Reinado do Rio da Prata fora estabelecido em 1776, foi considerado sua capital, concentrando funções administrativas e econômicas vitais, como o Consulado e o porto, que facilitavam o comércio direto com a Espanha.

Durante o período colonial, a expansão territorial hispânica no extremo sul da América se deu em um eixo entre o porto de Buenos Aires, as regiões mineradoras do Peru e as agrícolas do Chile. Foram ocupados os territórios ao norte do arco constituído pelas cidades de Buenos Aires, Córdoba, San Luis, Mendoza e Santiago e estabelecida uma linha de fronteira defendida por fortes e fortines que separava os territórios criollos de uma zona indígena livre ao sul, nos pampas e na Patagônia, e outra ao norte, no Chaco..(Passetti, Gabriel,2009,p.108)

Tendo a capital portenha como epicentro do processo de independência com a Revolução de Maio de 1810, intensificaram-se os chamados parlamentos entre lideranças indígenas e criollos, como o de 1812 e 1814 com os pehuenches para tratar sobre assuntos comerciais. Em 1815, o general e patrono da independência José de San Martín conseguiu a autorização de alguns caciques pehuenches para permitir a movimentação de tropas em suas terras, mediante o fornecimento de gado e cavalos. Ainda em 1815, a administração da província de Santa Fé celebrou um acordo de paz com o chefe indígena Ñancul. Já em 1819, os ranqueles assinaram o Tratado de Paz de Chranantue, onde cedem parte de seus territórios e em troca ganham o direito de abastecer Buenos Aires com sal.

A 27 de novembro de 1819, assinou o Tratado de Paz de Chranantue com Feliciano Chiclana, representante do Diretor Supremo das Províncias Unidas do Rio da Prata. Carripilún comprometeu-se a entregar os espanhóis, ladrões e bandidos que se encontravam nas suas toldeiras, bem como a permitir que a fronteira crioula avançasse 2 a 4 léguas a partir da margem direita do rio Salado, em troca da qual os ranqueles teriam o monopólio do fornecimento de sal a Buenos Aires, o que não foi cumprido. (Carripilún. Biografias de Povos Originários, 2024)

Com os acordos que fixaram as fronteiras de Buenos Aires com os territórios dos povos originários, houve margem para que a província não fosse mais alvo frequente de ataques indígenas e à ruptura com metropole viria com o Congresso de Tucumán, realizado entre 24 de março e 9 de julho de 1816, marcando o momento formal da declaração de independência das Províncias Unidas do Rio da Prata. Porém, o turbulento processo de emancipação da nação,

não resultou em período de paz longo, as disputas entre as elites crioulas arrastaram o país a intenso a uma nova era de conflitos políticos.

Após a Revolução de Independência e as façanhas militares do General José de San Martín e dos exércitos da Argentina e do Chile, o Rio da Prata entrou nos problemas da organização política, dentro dos delineamentos de um Estado Nacional, democrático e republicano. Na constituição política de 1826, formou-se um governo altamente centralizador, controlado pela elite de Buenos Aires, que apoiou Bernardino Rivadavia como presidente da Argentina. (OCAMPO LÓPEZ, 2000, p. 13).

Esse cenário é marcado pela disputa entre diferentes facções que discordavam sobre os rumos da organização do Estado e sobre o papel que a capital exerceria em relação às demais províncias. Esses fatores, levariam a ascensão do caudilho Juan Manuel de Rosas ao poder em 1829, quando foi nomeado governador de Buenos Aires. O homem que ficaria conhecido como “o restaurador”, também entraria para história por sua política de controle que refletiu-se na imposição de uma ideologia conservadora e católica, reforçando valores tradicionais e buscando a estabilidade através do autoritarismo.

Os caudilhos das Províncias do Rio da Prata se uniram em torno do caudilho Facundo Quiroga, que incitou os rebeldes com o grito de guerra “Religião ou morte”. Diante da oposição dos caudilhos das províncias, Rivadavia renunciou em um ambiente de confusão e violência, do qual emergiu um homem forte, o ditador Juan Manuel Rosas, chamado de “El Restaurador”, que governou a Argentina de forma ditatorial entre 1829 e 1852. (OCAMPO LÓPEZ, 2000, p. 13).

Mesmo com a centralização do poder, Buenos Aires ainda gerava tensões internas com as províncias interioranas, as quais demandam maior autonomia e a nacionalização das receitas da aduana portuária, que gerava enormes lucros a Capital, devido a sua localização estratégica às margens do prata, que era porta de saída das exportações. O poder econômico da cidade foi fundamental para o controle de Rosas sobre o país, na tentativa de estender o poder do Estado para além da fronteira sul, Buenos Aires foi um dos pontos de partida para as “Campanhas do Deserto”, em 1833.

Durante o governo de Rosas, ocorreram as chamadas “Campanhas do Deserto”, de 1833, em que tropas partiram simultaneamente de Mendoza, Córdoba e Buenos Aires com o objetivo era atacar os indígenas e ocupar a região até a cidade de Bahía Blanca, no litoral do Atlântico. As operações foram concluídas no aniversário de vinte e quatro anos do início do Governo Provisório, em 25 de maio de 1834, com números impressionantes: 3.200 indígenas mortos, 1.200 presos e 1.000 cativos resgatados. (Passetti, Gabriel, 2009, p. 114)

Porém, décadas de descontentamento das elites interioranas, levaria a rebelião dos federalistas comandados por Justo José de Urquiza, que provocou a inédita aliança das Províncias de Corrientes, Entre Ríos e Santa Fé, do Uruguai e do poderoso Império do Brasil contra a Confederação Argentina capitaneada por Rosas, tendo em seu ápice a batalha de Monte

Caseros em 3 de fevereiro de 1852. Após a derrota, Rosas parte para o exílio na Inglaterra, marcando o fim de sua ditadura de 23 anos e o início de um novo período para a Argentina, com a promulgação da Constituição de 1853, que estabeleceu uma república federal.

Durante anos depois, a unidade nacional da Confederação Argentina é forjada pela obstinação de Juan Manuel de Rosas, cujo segundo governo exibe um tom populista e ganha enorme prestígio ao defender com sucesso a soberania americana da agressão anglo-francesa. Novamente, o setor mais dinâmico da oligarquia argentina, liderado por Justo José de Urquiza, se une ao império para derrubar Rosas do poder (1852) (TRÍAS, 1979, p. 115).

A nova carta magna não pôs fim às divisões internas, o que levou o país a uma nova guerra civil, na qual batalhas importantes, como as de Cepeda (1859) e Pavón (1861), ilustram o caráter político-militar dos conflitos. Nas batalhas, os Unitários, liderados por Bartolomé Mitre Martínez, defendiam a centralidade de Buenos Aires, enquanto os Federalistas, liderados por Urquiza, lutavam pela autonomia das províncias. Esses confrontos resultaram mais uma vez na primazia de Buenos Aires como a capital nacional e na adoção de um modelo mais centralizado de governo, lançando, assim, as bases para a unificação do país.

Pouco depois da derrota de Buenos Aires na Batalha de Cepeda, em 1859, teve início o processo que levaria à constituição definitiva do Estado nacional. O Pacto de San José de Flores, em novembro desse ano, representou o primeiro passo de um caminho que culminaria em 1880 com a federalização da cidade de Buenos Aires. As receitas da alfândega de Buenos Aires deixaram então de pertencer ao Estado provincial e passaram a ser incorporadas aos fundos nacionais. Completou-se um ciclo” (Bejar, Maria D., 1984, p. 96).

Esse processo, liderado por Bartolomé Mitre, que assumiu a presidência de 1862 a 1868, proporcionou a estabilidade necessária para o surgimento de um projeto nacional baseado no liberalismo econômico influenciado pelas ideias de David Ricardo. De acordo com o economista inglês, os países deveriam se especializar na produção de bens nos quais tivessem maior eficiência relativa, ou seja, aqueles em que a produção fosse mais vantajosa em termos de custos, e importar os bens que outros países produziam mais eficientemente. Essa teoria sustenta a lógica do modelo econômico adotado pela Argentina durante grande parte de sua história, especialmente entre os governos que se seguiram na segunda metade do século XIX e início do XX, quando o país se especializou em produtos agrícolas e pecuários como; carne, lã, trigo e milho.

O princípio da especialização pode ser observado no contexto da argentino, a partir de sua geografia e clima privilegiados que desempenharam um papel fundamental na produção de bens agrícolas. O país possui vastas extensões de terras férteis, principalmente nas planícies da região dos Pampas. Essas áreas permitiram a criação de gado em larga escala e

consequentemente a produção de carne, um dos principais produtos exportados. Ademais, o clima quente da região nortenha e subtropical da região central, tornaram o competitivo na produção de milho, trigo e até mesmo de cana de açúcar, em províncias como Corrientes e San Miguel de Tucumán. outro fator, é que o país é cortado por vários rios navegáveis, como o Paraguai, Paraná e o Uruguai, que facilitaram no escoamento da produção agrícola e pecuária para os mercados internacionais, especialmente para a Europa.

O que ainda impedia a plena dinâmica dessa economia eram os limites territoriais da primeira metade do século XIX, que refletiam heranças do período colonial espanhol e as tensões internas no processo de formação do Estado nacional. A Guerra do Paraguai (1864–1870) consolidou a capacidade militar da Argentina, facilitando a expansão territorial subsequente, especialmente no Chaco Boreal, onde o país anexou territórios disputados com o Paraguai, na região que hoje compreende as províncias de Formosa e Misiones. No entanto, a questão das fronteiras permaneceu uma fonte de disputas, principalmente na Patagônia e no novo território do Chaco, devido a conflitos com os povos originários, essas lacunas prepararam o terreno para as políticas de Sarmiento.

O projeto político e econômico que surgiu depois de Pavón confirmou a hegemonia de Buenos Aires sobre o resto do território argentino. A suposta modernização exigia uma nova estrutura social incompatível com a existência de fronteiras internas e territórios indígenas. A lógica do 'progresso' tornou-se a condição de legitimidade da nova ordem, e o Estado seu fiador' (Balazote e Valverde 2023.p.5).

Capítulo 2: ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO

A princípio do século XIX, as elites argentinas consideravam o Chaco, palavra que significa “Terra de caça”, como uma área “selvagem” e “desértica”. Esta perspectiva estava fortemente vinculada às concepções dominantes da época sobre civilização e progresso, que respaldam a ocupação de áreas habitadas por indígenas, vistas como um entrave ao progresso do país. Essa região alagadiça banhada pelo rio paraguai, tinha suas fronteiras pouco claras entre os jovens estados nacionais da Argentina, Paraguai e Bolívia.

A palavra Chaco existia desde tempos remotos em duas línguas andinas: a dos quíchuas e a dos aimarás, culturas muito evoluídas da América do Sul pré-colombiana. Na língua aymara, aludia a uma certa argila - “tierra de Chac’co” - muito procurada no mercado de cerâmica do Alto Peru e à qual se atribuíam propriedades curativas. A aceção mais sugestiva é a do quíchua runasimi, dada por Garcilaso de la Vega, que significava “caça” (TISSERA, 1978).

Apesar de ser considerada inóspita pelas elites coloniais e republicanas, a área já era habitada por diversos povos, que possuíam conhecimento profundo do território e mantinham modos de vida adaptados ao ambiente local. Segundo estudos, o mapeamento e o conhecimento sobre esses povos começaram a ser registrados de forma sistemática pelos jesuítas no século XVIII.

O conhecimento sobre os povos indígenas do Chaco começa a ser construído com as crônicas jesuítas do século XVIII. As vastas extensões de montanhas fechadas foram o abrigo ideal para muitos povos deslocados por espanhóis e crioulos entre os séculos XVI e XVIII e, posteriormente, pelos exércitos nacionais. Estas deslocamentos redesenharam o mapa étnico, provocando fusões e miscigenações com implicações culturais e linguísticas. (Carripilún. Biografias dos povos Originários, 2024).

Em 16 de agosto de 1868, a escolha de Domingo Faustino Sarmiento para a presidência da Argentina, sucedendo Bartolomé Mitre, representou um marco significativo na trajetória política, institucional e também uma brusca mudança na forma como o estado administrava o Chaco Boreal. Sarmiento, que inicialmente era professor, passou anos no exílio no Chile durante a ditadura Juan Manuel de Rosas, voltou ao país em 1855 após a vitória de Urquiza e acabou ganhando sólida notoriedade política, tendo ocupado os cargos de governador em sua província natal, San Juan, e servindo como representante diplomático nos Estados Unidos.

O pleito foi marcado por intensas disputas entre diversos grupos políticos, com Sarmiento recebendo o apoio de um conjunto de intelectuais e líderes regionais que apreciavam suas concepções progressistas, já que ele formava parte da chamada “Generación del ‘37”, um grupo de estudiosos e políticos que desempenhou um papel fundamental na formação do pensamento e das instituições nacionais no início do século XIX. Este grupo também ficou conhecido como “filhos da Revolução de Maio de 1810”, pois nasceram pouco depois do processo histórico.

Segundo Ocampo López (2000, p. 14), Sarmiento contrapôs o caudilhismo gaúcho, que ele associava à barbárie e representava na figura de Rosas e Facundo Quiroga, à ideia de civilização, vinculada à cultura, ao progresso e à modernidade. O autor destaca que Sarmiento analisou os impactos negativos da ditadura de Rosas, marcada por abusos, violência e terror, e defendeu a necessidade de combater a tirania. Para ele, a construção de um regime verdadeiramente democrático exigia o fortalecimento da educação e o incentivo à imigração europeia, fatores que possibilitariam o avanço técnico e o desenvolvimento do país.

- **Alargamento da Rede Ferroviária**

Sarmiento via a construção de ferrovias como um elemento essencial para o progresso e a modernização da Argentina. Ele priorizou a criação de uma rede ferroviária que conectasse regiões distantes ao centro econômico do país, especialmente Buenos Aires. Essa infraestrutura não apenas uniu o vasto território argentino, mas também facilitou o transporte da produção agrícola e pecuária, impulsionando o comércio interno e externo. Parte dos recursos para esses projetos veio de investimentos ingleses. Além das ferrovias, Sarmiento promoveu a construção de estradas, pontes e a melhoria da navegabilidade de rios, como o Bermejo e o Negro. Também incentivou o desenvolvimento do telégrafo e, ao final de seu governo, inaugurou o cabo transoceânico (OCAMPO LÓPEZ, 2000, p. 20).

- **Educação Pública**

Outra prioridade de Sarmiento foi a expansão da educação pública. Com experiência como professor na província de San Juan, ele acreditava que a educação era o motor do progresso e investiu na construção de escolas e na formação de professores. Suas políticas focaram especialmente na alfabetização das áreas rurais, com o objetivo de criar uma base de cidadãos educados que contribuíssem para o desenvolvimento do país. Durante sua presidência, o número de crianças nas escolas aumentou significativamente: de 30 mil para mais de 100 mil estudantes. Em 1872, a Argentina contava com 1.644 escolas primárias, atendendo 97 mil alunos e empregando 2.778 professores. Além disso, Sarmiento fundou mais de 100 bibliotecas populares e criou a Comissão Protetora de Bibliotecas Populares, que estabeleceu filiais em diversas regiões do país (OCAMPO LÓPEZ, 2000, p. 19).

- **Expansão Territorial**

Sarmiento também apoiou a expansão territorial para áreas controladas por povos originários, um processo frequentemente justificado sob o discurso de “civilização”. Para ele, esse último ponto era uma peça sine qua non para a consolidação do Estado argentino, uma vez que sua ideia de "progresso" e "civilização" estava intimamente ligada à ideia de "europeizar" a Argentina. Pois segundo sua visão, Buenos Aires, a maior cidade do país era porta de entrada para a imigração europeia, representando o avanço e a contemporaneidade. Com sua proximidade aos princípios iluministas e ocidentais, a cidade era percebida como o núcleo de um plano de modernização e progresso nacional, simbolizando a organização, o ensino e a integração da Argentina no mundo civilizado.

Desde o início, a urbanização na Argentina caracterizou-se por uma extrema concentração em Buenos Aires, que até hoje abriga cerca de um terço da população total do país (atualmente pouco superior a 30 milhões de habitantes). Essa concentração ocorre em 40 municípios que ocupam uma área de aproximadamente 30 mil km². Tanto por fatores demográficos quanto econômicos, a posição política de Buenos Aires tornou-se um tema central durante o período de formação da nacionalidade argentina. Esse foi um dos principais motivos por trás das guerras civis que marcaram o país ao longo do século XIX (COGGIOLA, 1997, p. 103).

Enquanto Buenos Aires era associada à civilização e ao progresso, as demais províncias do país eram vistas por Sarmiento como símbolos da barbárie. Essas regiões, marcadas por vastas áreas rurais, eram consideradas arcaicas e contrárias ao avanço da modernidade. Segundo ele, o caudilhismo, a violência e uma cultura que considerava atrasada dominavam essas áreas, tornando-as incompatíveis com o projeto de uma nação moderna. Além disso, a forte presença indígena nessas províncias reforçava o desprezo de Sarmiento por elas.

Essa visão fica evidente em sua obra “Facundo: Civilización y barbarie en las pampas argentinas”, na qual Sarmiento (1874, p. 15) argumenta que o grande problema da República Argentina era sua extensão territorial. Ele descreve o deserto como uma presença constante, rodeando e infiltrando-se no país, com vastas áreas desabitadas servindo como limites entre as províncias. Sarmiento também retrata os povos indígenas como uma ameaça, comparando-os a “hienas” que atacam o gado e as populações indefesas durante as noites de luar (SARMIENTO, 1874, p. 15).

O apoio à imigração, materializado na criação de colônias agrícolas, revelou-se uma estratégia fundamental para o desenvolvimento nacional. Ao atrair imigrantes de diversas origens, como europeus e norte-americanos, nesse sentido, foram verdadeiros laboratórios de interculturalidade, onde se mesclaram costumes, línguas e hábitos alimentares. Serviriam de modelo para leis a partir das décadas seguintes, que ampliaram a entrada de imigrantes e mudariam a sociedade argentina. De acordo com Ocampo López (2000, p. 20), sua política de imigração, levaram cerca de 280.000 imigrantes de diversos países europeus. Além disso, Sarmiento realizou o primeiro Censo de População do país, em 1869, que indicou uma população de aproximadamente 1.800.000 habitantes. Ademais, as colônias agrícolas também cumpriam o papel de ocupar vastas áreas de terras férteis e promover a troca de conhecimentos entre imigrantes e argentinos, impulsionando a inovação e a modernização do setor agrícola. Essa dinâmica contribuiu significativamente para o crescimento econômico e a diversificação da produção. As colônias da província de Santa Fé destacaram-se especialmente por sua organização eficiente e alta produtividade, tornando-se um modelo para outras regiões.

O Presidente Sarmiento solicitou ao General Juan F. Czetz um relatório sobre as colônias agrícolas de Santa Fé. Em janeiro de 1869, Sarmiento enviou algumas notas que foram publicadas no jornal *El Nacional* sob o título "Apuntes sobre las colonias agrícolas de Santa Fé", de autoria de Czetz. O relatório trazia dados relevantes sobre a colônia americana, destacando a prosperidade das colônias de Santa Fé. Czetz observou que até mesmo visitantes europeus ficavam impressionados com o desenvolvimento dessas colônias, comparando algumas a "um pedaço da Suíça visto à lupa". Ele também ressaltou o bem-estar dos colonos e o avanço tecnológico, que superavam as condições encontradas em muitas áreas rurais da Europa. Além disso, Czetz descreveu a influência dos imigrantes norte-americanos, que traziam consigo práticas agrícolas avançadas e uma mentalidade pioneira, semelhante à dos colonos do Kentucky ou de Minnesota. Ele ainda mencionou a presença de uma forte cultura de fronteira, onde o arado e a espingarda coexistiam, simbolizando a luta contra os povos indígenas e a expansão para o Chaco (DUARTE, 1970, p. 155).

Nesse âmbito, o término da Guerra do Paraguai (1864-1870) está intrinsecamente ligado à intensificação das colônias agrícolas na região do Chaco. Uma vez que o triunfo da Tríplice Aliança sob os paraguaios, estabeleceu o exército argentino como uma força estruturada e experiente, fundamental para comandar as campanhas de ocupação no norte do país, com o objetivo de expandir as áreas disponíveis para a colonização e o crescimento da agricultura.

No final da guerra contra o Paraguai (1870), o presidente Domingo F. Sarmiento tomou uma série de medidas destinadas a consolidar o controle das fronteiras do território do Estado argentino com o Chaco paraguaio. Pode-se argumentar que, em termos gerais, até a década de 1870, as políticas de expansão territorial haviam sido pontuais e esporádicas, concentrando-se principalmente na ocupação do sul e oeste da província de Buenos Aires e dos Pampas (LOIS, Carla, 2002, p. 20).

Após a Guerra, o estado argentino intensificou esforços para integrar regiões periféricas, como o Chaco, ao seu território. Considerada "inóspita" pela elite governante, essa área era habitada por povos indígenas, como os "Tobas" (Qom), "Pilagás" e "Moscovis", que possuíam modos de vida profundamente conectados ao ambiente local. A lógica militar, amplamente utilizada durante o conflito paraguaio, foi replicada no Chaco, onde oficiais veteranos lideraram operações para construir fortes, dominar rios estratégicos e subjugar populações indígenas. Tais iniciativas tinham como objetivo consolidar a soberania territorial e viabilizar a exploração econômica da região.

Em 1870, o presidente Domingo Faustino Sarmiento ordenou que o General Napoleón Uriburu conduzisse uma expedição ao Chaco, focada no mapeamento e controle do território ao longo do rio Bermejo. Essa expedição inaugurou uma série de ações militares e negociações com lideranças indígenas. Inicialmente, a estratégia de "pacificação" buscava cooperação por meio de promessas de benefícios. No entanto, o descumprimento frequente dessas promessas gerou ressentimentos.

Em 1872, determina-se a criação oficial do Território Nacional do Gran Chaco, que marcou outro passo importante na institucionalização da ocupação territorial, mas também o acirramento dos conflitos. A resistência indígena pode ser exemplificada pelos Tobas, um grupo de indivíduos pertencentes à família linguística Guaicuruan, que possuem uma rica tradição de caça, coleta e domínio equestre, habilidades que lhes permitiram se impor perante à colonização espanhola e às forças nacionais argentinas. A defesa de seus territórios envolveu ataques a colônias e cidades, como as ofensivas próximas a Santa Fé em 1872, que destacaram a recusa em aceitar a subjugação. O sequestro e assassinato de Santiago Bigne, um marinheiro norte-americano que mantinha relações comerciais com diversas nações indígenas ao longo da bacia platina, e de sua equipe em 1874. Apenas no dia 25 de 1876, Federico Spurr, capitão da Marinha, liderou uma expedição pelo rio Bermejo a bordo do navio Viamonte. Ao longo da viagem, entrou em confronto com os Tobas, vencendo-os numa área conhecida como Cabeza del Toba, mas não antes de ter seu navio danificado pelos guerreiros indígenas.

Os acontecimentos que se seguiram à derrota indígena em Cabeza del Toba não apenas evidenciam o caráter violento da ocupação, mas também simbolizam o processo de consolidação do Estado argentino. A expulsão e marginalização das populações indígenas representaram um preço alto para a transformação da região em um espaço produtivo, integrado à economia nacional. Nesse contexto, o Tratado de Paz de 1875, firmado entre a República Argentina e o povo Vilela, um outro grupo indígena da área do Chaco, que historicamente ocuparam extensos territórios que hoje correspondem às províncias de Santiago del Estero, Chaco, Tucumán e Salta. Durante o período colonial, muitos deles foram integrados a sistemas de encomendas e reduções jesuíticas, o que prejudicou a estrutura social e cultural de suas comunidades, constitui um exemplo de um conjunto de iniciativas que, embora buscassem integrar os povos indígenas às dinâmicas socioeconômicas do período, frequentemente o faziam em condições desvantajosas para essas comunidades. Esse processo reflete as tensões entre a busca pelo progresso e o desprezo pelos direitos e modos de vida tradicionais dos povos originários.

O governo de Sarmiento chegou ao fim em 1874, e foi marcado por políticas de expansão territorial que resultaram na desapropriação das terras dos povos originários. Essas medidas incentivaram a formação de grandes propriedades voltadas à agroexportação, consolidando uma estrutura fundiária desigual. Paralelamente, a centralização do poder em Buenos Aires intensificou as disparidades regionais e gerou tensões políticas com outras províncias. No âmbito interno, Sarmiento enfrentou críticas por sua postura autoritária, que dificultou a construção de consensos e fragilizou o apoio ao seu governo. Apesar disso, houve avanços significativos em áreas como educação e infraestrutura, exemplificados pela construção de escolas, contratação de professores e expansão da malha ferroviária.

Seu legado, contudo, foi permeado por uma visão profundamente preconceituosa em relação às demais regiões do país. Para seus admiradores, tornou-se essencial a continuidade da imigração europeia e a execução do projeto de “conquista do deserto”, visando expandir o território sob domínio estatal e consolidar a hegemonia cultural e missão civilizatória de Buenos Aires sobre o restante da Argentina.

2.1 A Ideia de Deserto

Na segunda metade do século XIX, Buenos Aires cresceu rapidamente com o aumento do comércio internacional e inovações como as ferrovias e portos modernizados. Em contraste, as províncias que permaneciam isoladas, com baixa integração econômica, eram um retrato das desigualdades regionais. Esse fenômeno reflete o modelo de Linden, no qual cidades que se tornam pólos econômicos concentram recursos em detrimento das áreas periféricas:

"Bilhões de seres humanos migraram às cidades, iludidos pelo brilho ofuscante das luzes ou expulsos do campo pelos problemas políticos, econômicos, pressões populacionais e crises ecológicas" (LINDEN, 1996, p. 52).

Nas áreas rurais, líderes locais conhecidos como caudilhos exerciam forte poder político e militar, controlando grandes territórios e influenciando conflitos entre as províncias e a capital. Esse domínio reforçava a oposição histórica entre o campo e a cidade, uma dicotomia amplamente explorada por intelectuais como o próprio ex-presidente Domingo Faustino Sarmiento. Segundo Coggiola (1997), esse ponto de vista de cidades como centros de civilização e progresso, em contraste com o atraso do campo, marcou profundamente a transição para a modernidade urbana na América Latina.

No cenário argentino, a divisão entre a área urbana e rural também era evidente no conceito de “deserto”. No século XIX, esse termo não se limitava a caracterizar áreas áridas e pouco povoadas. Possuía um profundo significado ideológico, simbolizando áreas tidas como “selvagens” ou “incivilizadas”, que necessitavam ser subjugadas e modificadas pela lógica urbana e eurocêntrica. Esta perspectiva fundamenta políticas de expansão territorial, como a Campanha do Deserto, sob a liderança de Julio Argentino Roca, cujo propósito era incorporar ao domínio do estado as extensas regiões habitadas por comunidades indígenas.

A concepção do deserto legitimava a marginalização e, frequentemente, a supressão das culturas indígenas, vistas como entraves ao avanço. O discurso predominante inviabilizou a existência de comunidades indígenas, negando-lhes reconhecimento político e cultural. Assim, a urbanização e a expansão da agricultura foram vinculadas ao progresso da “civilização”,

enquanto as áreas rurais, particularmente as indígenas, eram percebidas como arcaicas ou resistentes às mudanças requeridas pela modernidade.

Este procedimento não só reforçou a autoridade estatal sobre o território, como também acentuou as desigualdades regionais e as disparidades estruturais entre a metrópole e as áreas rurais. Ademais, promoveu um imaginário nacional que destaca a identidade europeia e urbana em detrimento das origens indígenas, perpetuando tensões sociais que persistem até os dias atuais.

2.2 Política de imigração: Governo Nicolás Avellaneda (1874-1880)

Entre 1873 e 1896 ocorreu a chamada Longa Depressão, ou Grande Depressão, que foi um longo período de instabilidade econômica global, caracterizado por quedas nos preços das commodities, recessões sazonais e alterações estruturais na economia global. Embora seus efeitos sejam mais evidentes na Europa e nos Estados Unidos, também teve influência na Argentina, que naquele período estava consolidando sua economia agroexportadora e atraindo investimentos internacionais, particularmente capital britânico, graças à sua expansão ferroviária.

Nesse contexto de crise econômica internacional e a expansão do setor primário interno, chegou à presidência da república, Nicolás Remigio Aurelio Avellaneda, que assegurou a continuidade e aprofundamento da política migratória iniciado pelo governo Sarmiento. Foi durante seu governo que aprovou-se a Lei de Imigração e Colonização nº 817 de 1876, conhecida como Lei de Avellaneda, que representou um marco na regulamentação da imigração na Argentina. Composta por 60 artigos organizados em dez capítulos, a legislação foi concebida com o objetivo de atrair imigrantes, especialmente europeus, para o país. A partir de três características fundamentais — o incentivo à imigração, a organização territorial e a integração econômica —, a lei buscava consolidar um projeto nacional baseado na expansão agrícola e no modelo agroexportador.

Uma das principais estratégias da lei foi oferecer incentivos financeiros e logísticos aos imigrantes. Entre os benefícios estavam transporte gratuito e suporte para a instalação em colônias agrícolas, além de condições facilitadas para o trabalho no campo. Essa política se

baseava na visão das elites argentinas da época, que idealizavam os imigrantes europeus como trabalhadores qualificados e alinhados ao conceito de "civilização". O texto da lei explicitava que jornalistas, artesãos, agricultores e outros profissionais seriam bem-vindos, desde que fossem menores de 60 anos, moralmente idôneos e aptos para o trabalho.

Outro aspecto relevante foi a criação de zonas agrícolas organizadas, onde os imigrantes recebiam lotes de terra para cultivo. Essas colônias, estabelecidas tanto pelo Estado quanto por empresas privadas, visavam transformar a Argentina em uma potência agrícola, aproveitando a fertilidade dos Pampas. Essa distribuição territorial não só favorecia a fixação dos imigrantes no país, mas também atendia ao objetivo de integrar as regiões do interior ao projeto nacional.

Por fim, a integração econômica desempenhou um papel central na formulação da lei. Inserida no contexto do modelo agroexportador, a legislação previa que os imigrantes contribuíssem para a produção em larga escala de grãos e carne destinados ao mercado europeu. O trabalho livre dos imigrantes era visto como uma solução para consolidar o desenvolvimento econômico e posicionar a Argentina como um importante fornecedor de produtos agrícolas no cenário global.

A organização política e institucional e a modernização econômica e social foram os pilares nos quais se assentou o processo de transformação. Nesse contexto, a imigração foi resultado de um esforço consciente das elites que lideraram a organização do país para substituir sua antiga estrutura, herdada da sociedade colonial, por uma estrutura social inspirada nos países mais avançados do Ocidente (G. Germani, 1965, p. 180).

Ademais, sua presidência teve um impacto significativo, no que diz respeito às políticas educacionais e à modernização da nação. Avellaneda promoveu diversas reformas educacionais com o objetivo de ampliar o acesso à educação pública e incrementar a alfabetização, em consonância com a visão sarmientina de que a educação era essencial para o progresso e evolução da Argentina.

Além disso, a administração de Avellaneda deu continuidade ao processo de modernização do país, com foco na construção de infraestrutura, como ferrovias, que, durante seu governo, atingiram cerca de 2.516 quilômetros. Esse avanço foi fundamental para integrar as províncias ao plano nacional, facilitar o transporte de mercadorias e promover o crescimento econômico. O governo também inaugurou novos ramais, como o transandino até Tucumán e o trajeto em direção ao Chile, fortalecendo a interligação territorial e comercial.

A expansão da malha ferroviária e a promoção da imigração, estavam em consonância com a “cláusula do progresso” da Constituição de 1853 e das ideais de figuras como Juan Bautista Alberdi, um dos mais importantes intelectuais e políticos argentinos, tendo influenciado profundamente a formação do Estado-nação. Ele acreditava que "governar era povoar" e via na imigração um motor essencial para o progresso agrícola e industrial do país. Esse processo de expansão foi acompanhado pela chegada do primeiro barco frigorífico ao país, o Le Frigorifique, em 1876, que possibilitou o embarque de carne congelada para a Europa. Esse marco iniciou a transformação das exportações argentinas, que nos anos seguintes também incluíam cereais, posicionando a Argentina como um importante fornecedor de alimentos no cenário global.

O crescimento populacional e o avanço das atividades agrícolas e industriais criaram uma pressão das elites para expandir ainda mais as fronteiras, e a necessidade de povoar e controlar novas terras foi um reflexo direto da busca pela autossuficiência e pelo poder econômico, e esse “novo” processo de ocupação leva a uma série de confrontos violentos entre militares e a resistência indígena, especialmente nas províncias do sul, na região da Patagônia.

2.3 Os povos do Sul e Calfucurá: O Grande Líder da Resistência Indígena

Como destaca Gabriel Passetti, em sua tese de doutorado “Confederações indígenas em luta por participação política, comercial e territorial: Argentina, 1852-1859” publicada em 2009, durante o século XIX, na fronteira sul da Argentina, várias confederações indígenas surgiram e cresceram em força, formando imponentes cacicados soberanos com alto poder militar e político.

A origem de tais confederações indígenas e a tentativa de assegurar a sua legitimidade e independência em relação às potências externas podem estar ligadas ao Tratado de Quillín de 6 de janeiro de 1641 que foi peça chave na fundação das relações entre o Império Espanhol e os indígenas da etnia mapuche, que pertencem a região da Patagônia. O acordo, assinado depois de duas décadas de luta ativa contra a ocupação espanhola, é uma das primeiras tentativas formais de estabelecer a paz permanente na relação entre uma força imperial europeia colonial e uma população nativa do novo mundo. Pelo Tratado de Quillín, os territórios do mapuche localizados ao sul do rio Biobío foram declarados independentes e soberanos, pelo qual foi estabelecido o estado indígena e a independência de governo, cultura e civilização. Em

muitos aspetos, marcou a relação complexa e, muitas vezes, conflituosa entre os mapuches e colonizadores espanhóis. Embora temporário, deixou marcas permanentes na identidade coletiva mapuche, solidificando a existência de uma nação indígena distinta. Já que isso traçou a dinâmica de interações entre os povos indígenas e o poder colonial e, visto que estabeleceu precedentes inovadores para negociações posteriores como o que os líderes indígenas, como Calfucurá, reivindicando, mais de duzentos anos depois, um contrato com o governo argentino.

Juan Calfucurá, também conhecido como Kallfükura, que significava “Pedra azul em mapudungun”, emergiu como figura de destaque na história dos povos indígenas da Argentina durante o século XIX. Seu nome reflete um forte vínculo com a terra e a espiritualidade entre o povo mapuche, que ele simbolizava em muitos aspectos. Nascido por volta de 1790 na área de Llaima, era filho do cacique Huentecurá que destacou-se como um dos líderes mapuches da Araucanía. Também foi figura significativa durante as batalhas pela independência na América do Sul. Em 1817, ele prestou apoio a José de San Martín na travessia dos Andes, facilitando assim a conquista da independência do Chile do controle espanhol (Pueblos Originarios, s.d.).

Em torno de 1830, Juan iniciou uma jornada marcante novamente ao cruzar os Andes e chegar-se às vastas planícies pampeanas, ao longo deste período. De acordo com Passetti (2020, p. 335), “ao dizimar os enfraquecidos salineros e tomar posse da região, o chefe araucano deu início ao que viria a se tornar a mais importante força política e militar indígena na Argentina. Temida, contatada e combatida pelos criollos, a partir de então, e responsável pelo estabelecimento de um novo tipo de organização para os pampas, começava a ser organizada a Confederação de Salinas Grandes”.

Calfucurá mostrou sua importante habilidade política de unir vários grupos indígenas, criando a Confederação das Salinas Grandes, uma aliança estratégica que cobria vastas áreas ao centro e oeste da atual Argentina. Essa região rica em sal e de importância estratégica na época, não apenas forneceu recursos econômicos valiosos como também serviu de controle sobre a rota comercial muito importante, interconectando as províncias de Buenos Aires, La Pampa e San Luis. Enquanto um centro econômico, Salinas Grandes forneceu à confederação uma posição estratégica dentro do país.

A organização do poder dentro da Confederação era complexa, mas em parte organizada. Às vezes, o mais alto escalão era composto por grandes caciques – como Juan Calfucurá – que coordenava a política e a estratégia militar de toda a confederação. Hierarquicamente abaixo deles, havia diferentes níveis de autoridade, incluindo caciques-

segundo que lidavam com funções administrativas e o comando de pequenas forças regionais. Não era incomum ver os chefes dos capitanejos, responsáveis por comandar grupos menores de guerreiros e alocação de recursos limitados, ou até mesmo o caciquillo, que comandava uma pequena comunidade e representava os níveis mais baixos de organização indígena. Essa divisão do poder significava que a Confederação era capaz de executar o poder de forma descentralizada, mas eficaz, uma vez que o alcance geográfico da unidade que tentava comandar era intransponível.

Os malones eram um sistema de luta altamente organizado praticado por grupos indígenas dos Pampas, como os Mapuche, Tehuelche e Ranquele. Esses ataques rápidos, caracterizados pelo uso da cavalaria, eram violentos e tinham como alvo áreas rurais ou urbanas com o objetivo de roubar gado, saquear propriedades e, às vezes, fazer prisioneiros. Para os indígenas, essa era uma forma de resistir aos argentinos e chilenos que continuavam avançando sobre suas terras. No entanto, a medida em que o Estado se consolidava durante o século XIX, diversas confederações indígenas em todo o país protagonizaram intensos conflitos pela busca de participação política, controle comercial e defesa de seus territórios. Um exemplo notável desse cenário foi a Batalha de Sierra Chica, ocorrida em 31 de maio de 1855, nas proximidades da atual cidade de Olavarría, na província de Buenos Aires. Nesse confronto, as forças do Estado de Buenos Aires, comandadas pelo futuro presidente Bartolomé Mitre, enfrentaram uma aliança indígena liderada por Calfucurá, com o fim da batalha houve a vitória decisiva para os povos originários da região (Pueblos Originarios, s.d.).

Após essa vitória, as forças de Calfucurá atacaram os povoados de Cabo Corrientes, Azul, Tandil, Cruz de Guerra, Junín, Melincué, Olavarría, Alvear, Bragado e Bahía Blanca. Com seus triunfos em Sierra Chica e San Jacinto, Calfucurá confirmou seu prestígio, foi reconhecido como a suprema autoridade das pampas e recebeu o apelido de "Napoleão das Pampas". O exército de Calfucurá era estimado em 6 mil guerreiros: 1,5 mil ranqueles, 2 mil pampas, 1 mil chilenos (seguidores dele e dos caciques Cañumil e Quentriel), 800 araucanos (traídos do outro lado dos Andes) e 700 pehuenches. (Carripilún. Biografias de Povos Originários, 2024).

Por outro lado, dentro do âmbito das Guerras Civis Argentinas e da expansão imperialista do Estado sobre os territórios dos índios, a dinâmica que prevalece na relação do chefe mapuche Calfucurá com o presidente Justo José de Urquiza é a de um certo alinhamento. Calfucurá, líder da confederação mapuche-ranquel, realizou uma série de “correspondências” com Urquiza, o principal representante do Partido Federal, em sua carta de 22 de abril de 1861, notamos um grau de lealdade de Calfucurá:

"Porque sou muito patriota e sempre trabalhei pelo partido federal, que é a opinião que sempre abracei e na qual fui criado. Portanto, não acredite, meu caro irmão, que eu jamais enganarei meu irmão, porque sempre fui federalista e sempre acreditei nisso, assim como os Casiques Melipan e Venancio. Pois bem, meu irmão pode acreditar que se agora estou do lado dos portenhos, não é de todo o coração, mas para obedecer ao meu irmão como sempre fiz, porque agora tenho sangue vermelho, sangue de federalista e não como os portenhos que até têm portas e janelas verdes e azuis. Bem, olha, querido irmão, eu envio meus filhos para você não porque os odeio, mas por causa da grande amizade que tenho por meu irmão e acredito que meu irmão terá o mesmo por mim."(CALFUCURÁ, Juan, 1861, s.p).

No entanto, após a morte de Juan Calfucurá em 1873 e o declínio da Confederação das Salinas Grandes, a resistência na região foi caracterizada por ações cada vez mais isoladas e sem a coordenação proporcionada pela liderança tradicionalmente forte e estratégica de Calfucurá. Ainda assim, esses esforços derradeiros ofereceram elementos cruciais para a configuração do cenário político e militar. Onde havia resistência móvel e focos localizados de protesto e guerra, havia um impulso para uma atuação mais enérgica do Estado argentino, que buscava consolidar as terras do interior sob seu domínio. Nesse cenário, surgiu a Campanha do Deserto, liderada pelo Presidente Nicolás Levalle e sob o comando do general e posteriormente também presidente, Julio Argentino Roca. O objetivo foi principalmente conquistar os povos do sul e oeste, desorganizar seus últimos esforços de resistência e expandir a nação argentina para a zona da Patagônia. Com a fragilidade política após a morte de Calfucurá e o desmantelamento das confederações indígenas, estas etapas de “civilização” territorial aumentaram: restava então a ação militar tanto para colonizar territorialmente quanto para submeter a autonomia indígena.

Após uma década de intensos e violentos malones, os portenhos e os liberais argentinos, em geral, passaram a identificar os indígenas como forças políticas e sociais que deveriam ser superadas para alcançar a modernização nacional[...]As intensas resistências na década posterior e o fortalecimento das teorias racistas levaram a um ponto de inflexão, em que as elites detentoras do poder propuseram a supressão física dos indígenas. Ao final da década de 1870, os militares da fronteira indígena assumiram o controle do Estado, e a proposta de extermínio, gestada há vinte anos e fortalecida pelos ideais de branqueamento nacional e uso intensivo da mão de obra imigrante, foi finalmente aplicada".(Passetti, 2009, p. 4).

2.4 A Campanha do Deserto: Governo Julio Argentino Roca (1880-1886)

Progressivamente, o chamado "deserto" passou a ser percebido como um espaço com escassez de brancos, de "homens verdadeiros", portanto, um espaço apolítico. A despolitização do espaço possibilita a desumanização de seus habitantes: os indígenas. Assim, "os corpos pintarrajeados e semi-desnudos de seres indefinidos, nem homens nem bestias, que percorrem o desmesurado espaço, serão concebidos predominantemente como corpos desertos de humanidade, entes tão vazios e irreais

quanto o espaço do qual fazem parte". O índio será ininteligível primeiro para o europeu e, depois, para o crioulo, por isso ambos se perguntam se não é civilizável. E, se não for civilizável, estará fadado à extinção nesse encontro absurdo, baseado em um diálogo de surdos (REDONDO et al., 2017, p. 94).

Em 29 de dezembro de 1877, a morte de Adolfo Alsina, então Ministro da Guerra da Argentina, representou uma virada importante na condução da política militar e territorial do país. Alsina, que havia desenvolvido um sistema, conhecido como "Zanja de Alsina", na verdade o contexto da escolha de Roca está intimamente ligado ao fracasso desse sistema de defesa que consistia em uma série de fossas e fortificações construídas ao longo da fronteira oeste da província de Buenos Aires, estendendo-se até a região da Pampa. O objetivo principal da Zanja era retardar os ataques indígenas conhecidos como "malones", que eram incursões rápidas e violentas realizadas pelos povos originários da região. Esses ataques, liderados por caciques como Calfucurá e outros, tinham como objetivo a captura de gado, saque de recursos e, por vezes, a captura de prisioneiros.

Em agosto de 1875, o Executivo solicitou ao Congresso que autorizasse fundos para o plano de ocupação permanente de novos territórios e para evitar incursões indígenas neles. O plano, elaborado pelo então Ministro da Guerra e da Marinha, Dr. Adolfo Alsina, recebeu - com a lei aprovada em outubro daquele ano - o dobro do valor solicitado. Em seguida, foi realizado um projeto para estender a linha de fortes mais a oeste, na província de Buenos Aires. Os locais onde deveriam ser erguidos já haviam sido identificados em 1872 (por um grupo de engenheiros encarregados pelo governo nacional de estudar as linhas de fronteira) como pontos estratégicos para os grupos indígenas em suas incursões na província. (LORIENZ, Federico, 2015, p. 232).

A substituição, ocorria em um momento de crescente tensão com os povos indígenas da região da Pampa e da Patagônia. Para sucedê-lo, o presidente Nicolás Avellaneda escolheu o General Julio Argentino Roca, natural de San Miguel Tucumán, era reconhecido pela sua habilidade estratégica e por ter consolidado uma imagem de líder militar capaz de enfrentar a resistência indígena e impulsionar o projeto de expansão do território rumo ao extremo sul. Sua escolha para o Ministério da Guerra não foi apenas uma decisão pragmática devido à sua experiência, mas também um reflexo da confiança de Avellaneda no alinhamento político do general com os objetivos da centralização do poder e da modernização da nação.

Julio Argentino Roca, ao assumir o Ministério da Guerra, criticou abertamente a Zanja de Alsina, considerando-a uma solução paliativa e incapaz de resolver o problema de forma definitiva, pois ele acreditava que a defesa de fronteiras e o controle efetivo das vastas áreas do interior argentino não poderiam ser alcançados apenas por uma linha de fortificações. Em vez disso, o general tucumano propôs, assim, um novo projeto, que culminaria na chamada "Campanha do Deserto" ou "Conquista do Deserto", o projeto tinha como objetivo a conquista

militar dos territórios indígenas, a destruição das estruturas de resistência e a incorporação desses vastos territórios ao domínio do estado argentino. Roca visava, com isso, “pacificar” a chegada da onda de imigrantes que chegavam principalmente da Itália, e que seria responsável pela modernização nacional, permitindo a ocupação e a exploração econômica de uma região estratégica para o futuro crescimento do país. Segundo Navarro Flórida em seu artigo intitulado “La conquista de la memoria. La historiografía sobre la frontera sur Argentina durante el siglo XIX” :

A fronteira do rio Negro de Patagones como linha militar de defesa contra as invasões dos bárbaros indígenas da Pampa é uma ideia tradicional que tem sua origem na ciência e na experiência traçada pela natureza em uma planície aberta, pressentida pelo instinto de conservação, marcada pela experiência dos habitantes locais, aconselhada pelos geógrafos que exploraram essa região no espaço de mais de um século. Ela tem sido o objetivo constante de todas as expedições científicas e militares, de todos os projetos de fronteira e o ideal de todos os governos que se sucederam no país nos últimos 50 anos. (NAVARRO FLÓRIDA, 2005, p.1)

É factível pensar que, para consolidar a fronteira nas regiões ao norte, próximas à Cordilheira dos Andes, o General Julio Argentino Roca adotou uma estratégia que aproveitou o contexto geopolítico da Guerra do Pacífico (1879-1884), conflito travado entre Chile, Bolívia e Peru. Durante esse período, o Chile concentrava seus esforços militares e diplomáticos na disputa pelo controle das ricas regiões minerais do deserto do Atacama e do litoral do Pacífico, áreas então reivindicadas por Bolívia e Peru. Roca viu na guerra uma oportunidade para afirmar a presença argentina em territórios que historicamente haviam sido alvo de disputa, especialmente na região da Patagônia. Aproveitando o momento em que o Chile estava engajado em um conflito de larga escala, ele liderou campanhas militares que visavam ocupar e consolidar o controle argentino sobre porções estratégicas dessas terras.

As operações conduzidas pelo governo argentino buscaram integrar efetivamente essas áreas ao território nacional, não apenas pela presença militar, mas também por meio de ações políticas e administrativas. Com o avanço das tropas argentinas, foram estabelecidos postos de controle, vilas e novas divisões administrativas, simbolizando a incorporação dessas regiões à soberania argentina, que seria oficializada como tratado de limites assinado em 23 de julho de 1881 em Buenos Aires. Esse acordo definiu as bases geográficas para a futura demarcação da fronteira, estabelecendo como divisão a linha das águas das cordilheiras andinas (*divortium aquarum*) até o paralelo 52. No extremo sul, foram utilizadas linhas imaginárias e características topográficas, assegurando ao Chile o controle do Estreito de Magalhães, um ponto estratégico de grande importância para o país (Biblioteca Nacional de Chile, s.d.).

A partir de 1878, com financiamento aprovado em lei pelo parlamento, mobilizam-se cerca de 6.000 soldados, iniciando a Campanha do Deserto, que visava expandir as fronteiras do Estado argentino para o sul e oeste, tornou-se um dos momentos mais sombrios da história do país. As forças militares argentinas, compostas por várias colunas que partiram das cidades de Mendoza, Córdoba e Buenos Aires, levaram a cabo uma série de ataques contra as populações indígenas, principalmente contra os mapuches, tehuelches e ranqueles, que habitavam vastas regiões da Patagônia e das pampas.

A Lei 947, que estipulou o financiamento da expedição com títulos da dívida a serem pagos com terras para os investidores, foi aprovada em 1878, ao final da presidência de Avellaneda. Para isso, contou-se com o apoio do parlamento, onde se ouviram muito poucas vozes dissidentes contra a maioria que promovia avançar sobre o território e exterminar os indígenas. (LORIENZ, Federico, 2015. p. 233)

Escolar, Salomón Tarquini e Vezub (2015), argumentam que a estratégia militar adotada por Julio Argentino Roca, líder da campanha, foi decisiva para o sucesso da ocupação dessas terras. As forças argentinas contavam com armamentos modernos para a época, como os fuzis Remington, que garantiam uma vantagem significativa sobre os indígenas, que, em sua maioria, ainda utilizavam armas tradicionais, como arcos, flechas e lanças. O uso desses fuzis, juntamente com a tática de avanço simultâneo, dividida em várias colunas militares que se espalharam por vastas áreas do território, permitiu a cobertura de grandes distâncias em um curto período, cercando as comunidades indígenas e dificultando qualquer tipo de resistência organizada. Durante a marcha de destruição, as colunas militares atacaram várias aldeias indígenas, resultando na morte de guerrilheiros, destruição de aldeias e na captura de mulheres e crianças, que eram então levadas como prisioneiras. Essas mulheres e crianças eram muitas vezes forçadas ao trabalho nas fazendas ou serviam como peças de barganha em negociações. O confisco de gado, principal fonte de subsistência dos povos indígenas, também foi uma tática recorrente, visando desestabilizar a economia local das tribos e, ao mesmo tempo, reduzir a capacidade de sobrevivência dos grupos atacados. Além de enfraquecer a economia indígena, o roubo de gado tinha um forte impacto simbólico, uma vez que o rebanho representava não apenas uma riqueza material, mas também um componente essencial da identidade e das práticas sociais dos povos nativos. Essas ações tinham como objetivo desarticular as redes de defesa indígenas e enfraquecer a capacidade de resistência dos povos originários, forçando-os a se render ou a fugir para as regiões mais remotas, longe do alcance da ocupação militar.

O 'Território do Triângulo', como era conhecido na época, foi atacado em 1879, simultaneamente, a leste, pelas tropas de Villegas, que estavam sob o comando geral em Choele-Choele, e a norte, pela coluna mendocina, liderada por Napoleão Uriburu. Este coronel tinha ordens de se deter no rio Neuquén, mas seguiu em direção ao sul,

surpreendido por suas próprias forças. No ano seguinte, enfrentou os pehuenches, capturando seu líder, Purrán. A campanha imediatamente posterior de 1880 contra os pehuenches, como eram denominados na Araucânia e no Chile os indígenas neuquinos da região do pehuén, mostra que a guerra era por captura de populações e recursos, o controle de passos, , cuencas hídricas e caminhos, foi desenvolvida seguindo as redes sociais preexistentes, que vinculavam as tolдерias com os fortins bonaerenses e mendocinos por intermédio de mediadores e comerciantes com os quais os estancieros e militares estavam relacionados há décadas. (LORIENZ, Federico, 2015, p. 235).

A destruição das aldeias e a captura das populações indígenas faziam parte de uma estratégia deliberada para quebrar a organização social dessas comunidades, tornando-as cada vez mais vulneráveis à expropriação das terras e à imposição da cultura dominante europeia. No entanto, a resistência não cessou completamente, e muitos grupos indígenas continuaram a lutar contra a ocupação, apesar da superioridade militar do exército argentino.

Nesse contexto, a eleição de 12 de Outubro de 1898 marcou a ascensão de Roca à presidência, refletindo a continuidade e a intensificação das políticas de conquista e dominação das regiões do sul e oeste da Argentina. O novo presidente, cuja liderança militar na campanha foi decisiva, tornou-se a figura central na implementação de um novo modelo político, onde a unificação do país e a afirmação da soberania nacional foram estreitamente ligadas à eliminação das resistências indígenas e à ocupação definitiva dos territórios, essa virada política, impulsionada pela ideia de "pacificação" do sul, estava intimamente conectada à sua visão de um país moderno e unificado, pronto para atrair investimentos e imigrantes europeus, que veriam na região uma oportunidade de prosperidade e desenvolvimento. Em uma parte do seu primeiro discurso perante o parlamento, Roca afirmou:

Continuarei as operações militares sobre o sul e o norte das atuais linhas de fronteira, até completar a submissão dos indígenas da Patagônia e do Chaco, para deixar para sempre borradas as fronteiras militares e assegurar que não haja um único palmo de terra argentina que não esteja sob a jurisdição das leis da nação.

Livremos totalmente esses vastos e férteis territórios de seus inimigos tradicionais, que desde a conquista foram um dique ao desenvolvimento de nossa riqueza pastoril. Ofereçamos garantias concretas à vida e à propriedade daqueles que forem com seu capital e com seus braços para cultivá-los, e logo veremos multidões de homens de todos os países e raças se dirigirem a eles, e surgirem do fundo dessas regiões, hoje solitárias, novos estados que aumentarão o poder e a grandeza da República. Aos jovens e prósperos povos, como o nosso, que possuem vasta extensão territorial e instituições liberais, somando-se a isso a fertilidade da terra e um clima privilegiado, não devem causar admiração esses prodígios que, em condições semelhantes, repetiram-se com frequência na história das sociedades humanas. Somos o esboço de uma grande nação, destinada a exercer uma poderosa influência na civilização da América e do mundo. (Roca, Julio Argentino, 1879)

Por volta de 1885, ainda sob o governo Roca, a Argentina expandiu seu território para incluir áreas como Santa Cruz e Terra do Fogo, com a ajuda de paramilitares e mercenários contratados por estancieiros e grandes empresas, chegando assim ao parte mais austral do Continente Americano. Apesar dessa expansão, os limites na Terra do Fogo continuam incertos devido a disputas com o Chile que também havia promovido sua campanha de extermínio contra o povo mapuche, na denominada “Pacificação da Araucanía”, que começou em 1861 e se estendeu até 1883. A disputa pelos territórios só seria resolvida posteriormente com o Tratado de Paz e Amizade de 1984: “A partir de 1885, a anexação de Santa Cruz e Terra do Fogo foi tarefa de grupos paramilitares e mercenários contratados por estancieiros e grandes companhias exploradoras de terras instaladas na Argentina e no Chile, com o apoio intermitente das respectivas marinhas.” (LORIENZ, Federico, 2015, p. 238).

O fluxo massivo de aproximadamente 6 milhões de imigrantes europeus entre fins do século XIX e início do XX não representou meramente uma mudança demográfica na Argentina, mas sim a pedra angular de um projeto civilizatório deliberado. Esta imigração orquestrada - predominantemente italiana e espanhola - foi instrumentalizada pelas elites criollas para construir o mito fundacional de uma “Argentina branca e europeia”, narrativa que propositalmente invisibilizou tanto as populações indígenas quanto o legado afro-argentino.

Como aponta o historiador Eduardo Galeano, “o espelho argentino foi colocado de costas para a América e de frente para a Europa”. Essa metáfora revela como o Estado-nação emergente utilizou a imigração como ferramenta dupla: enquanto preenchia os territórios recentemente “pacificados”, eufemismo para as Campanhas do Deserto que exterminaram milhares de “Mapuches”, “Qom” e “wichís”, também fornecia mão-de-obra barata para o modelo agroexportador baseado em latifúndios.

Os números são eloquentes: entre 1870 e 1914, Buenos Aires transformou-se de cidade provinciana em metrópole cosmopolita, com estrangeiros representando até 70% de sua população. Porém, como alerta a antropóloga Diana Lenton, “cada estátua de imigrante erguida no porto de Buenos Aires deveria ser acompanhada por um memorial aos povos originários massacrados”. Essa contradição histórica revela o caráter dual do progresso argentino: modernização econômica alicerçada em violência étnica.

O resultado foi uma reengenharia social sem precedentes:

1. Demográfico: Substituição populacional nos Pampas e Patagônia
2. Econômico: Consolidação do latifúndio como célula-mater do capitalismo agrário

3. Cultural: Apagamento sistemático das matrizes indígenas e dos últimos resquícios da presença africana no país.

Como bem sintetiza o sociólogo Gino Germani, "a Argentina não se europeizou, mas sim inventou uma Europa imaginária nos trópicos". Este processo deixou feridas abertas: hoje, enquanto o país celebra suas raízes imigrantes, as comunidades originárias ainda lutam por reconhecimento territorial e cultural, demonstrando que o mito da nação branca continua a produzir exclusão no século XXI.

A Argentina moderna, no entanto, aquela que resultou da ocupação do seu território atual, é um produto do século XIX, em especial do processo de imigração europeia, que levou ao país milhões de trabalhadores europeus - 160.000 estrangeiros lá aportaram entre 1861 e 1870, e o número de imigrantes chegou a 841.000 de 1881 a 1890, e a 1.764.000 de 1901 a 1910. No total, de 1857 a 1930, o deserto argentino recebeu 6.330.000 imigrantes, o que, levando-se em conta o retorno dos trabalhadores sazonais (ou golondrinas), deixou um saldo de 3.385.000 imigrantes. A Argentina contava, logo no seu primeiro recenseamento em 1869, com 1.737.000 habitantes. Isso demonstra o peso da imigração na formação da Argentina moderna, através de uma transfusão de população que foi, em termos relativos, a mais intensa do Novo Mundo (incluindo os Estados Unidos)".

A expansão da infraestrutura ferroviária, financiada por acordos internacionais, viabilizou a integração dos centros de produção aos portos, e assim favorecendo as exportações internacionais. Buenos Aires tornou-se um núcleo cosmopolita devido a influência europeia em sua arquitetura, cultura e estilo de vida. No entanto, a prosperidade econômica não foi homogêneamente distribuída entre as camadas da sociedade, o que gerou divisões e tensões que acabariam em greves e instabilidade política durante as décadas seguintes. (COGGIOLA, 1997, p. 103)

Segundo Rayes (2013, 121), "Na década de 1890, o Reino Unido tornou-se o comprador de mais de um quinto das exportações argentinas, exceto nos anos de 1891 e 1897, quando essa participação diminuiu. No entanto, o salto mais importante ocorreu na virada do século. Desde então, esse parceiro comercial comprou nada menos que um terço das exportações e, desde 1907, tem ficado um pouco acima desta proporção. A partir deste momento, a Argentina se mantém entre a média mundial como fornecedora de bens para este mercado. Ou seja, as fontes diplomáticas consultadas indicaram que, grosso modo, o Reino Unido consumiu aproximadamente um terço do total das exportações mundiais entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial". Dessa forma, pode-se concluir que as elites agrárias que patrocinaram as expedições da morte de Roca, acabaram por serem as maiores ganhadoras, quando as terras das novas províncias foram integradas às dinâmicas econômicas nacionais. Ademais, como mostra a figura abaixo, o Reino Unido, grande financiador da infraestrutura argentina, se tornou o principal destino das exportações do país entre 1875 e 1914.

Figura 5: Exportações da República Argentina, entre 1875 e 1914

Destinos de las exportaciones argentinas, 1875 - 1914 (en %)													
Años	Alemania	Bélgica	Brasil	Chile	España	Estados Unidos	Francia	Italia	Países Bajos	Reino Unido	Uruguay	Otros	Valor promedio total de las exportaciones (en millones de oro \$)
1875/79	2,6	28,0	4,5	3,6	2,2	7,6	21,3	3,6	0,2	10,6	3,1	12,6	619
1880/84	7,3	22,4	2,9	2,2	2,1	7,6	29,8	3,1	0,0	9,4	3,5	9,5	674
1885/89	11,8	15,9	3,1	1,9	2,4	7,3	28,5	3,7	0,1	16,5	3,9	5,0	764
1890/94	11,4	13,0	11,4	1,9	2,2	4,9	20,6	3,3	0,1	23,6	4,4	3,3	908
1895/99	16,0	11,9	6,4	1,5	0,8	5,5	21,0	3,1	2,0	20,6	2,6	8,6	1.416
1900/04	16,5	10,2	4,5	0,4	0,7	4,4	14,4	2,1	4,0	28,8	1,9	12,2	2.100
1905/09	18,1	11,8	4,1	0,5	0,4	4,4	11,3	2,2	4,4	34,8	1,1	7,0	3.519
1910/14	15,9	9,8	4,8	0,5	0,8	6,0	9,4	3,7	4,7	39,7	1,1	3,6	4.366

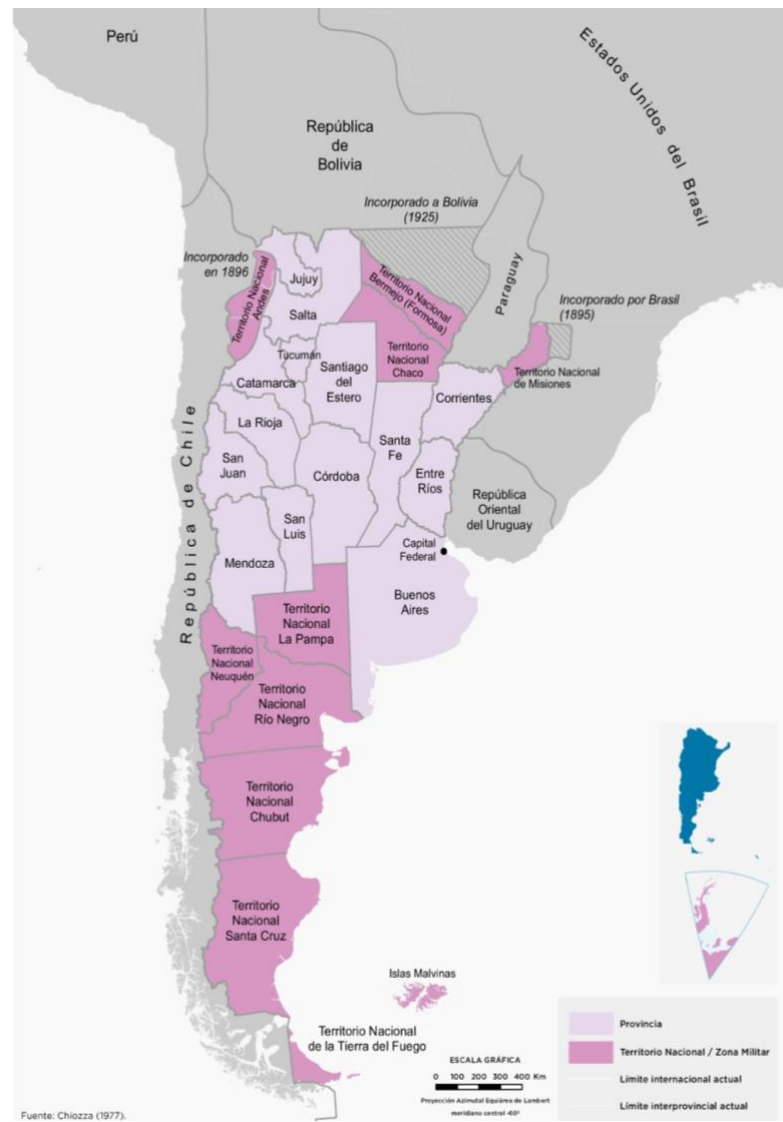
Fonte: Adaptado de CORTÉS CONDE et al. (1965, págs. 72-79) ,
em RAYES (2018, pág. 121).

Figura 6: "La conquista del desierto" (1889), de Juan Manuel Blanes.



Fonte: Blanes (1889), reproduzido por Wikimedia Commons (2023).

Figura 7: República Argentina, Provincias e Territorios 1884-1943



Fonte: Almirón e López Calvo (2020, p. 26)

CONCLUSÃO

Em síntese, os pontos analisados demonstram que, desde a chegada dos primeiros colonizadores europeus, passando pelo período de independência e, sobretudo, com o processo de consolidação do Estado nacional argentino, um fenômeno mais amplo da história humana permeia esses acontecimentos: a expansão do sistema capitalista. Esse movimento histórico revelou, acima de tudo, a busca incessante das potências coloniais pelo acúmulo de riquezas, inicialmente por meio da extração de metais preciosos, como o ouro e a prata, encontrados nas regiões do Alto Peru, especialmente em Potosí, num período ainda marcado pelo mercantilismo. Posteriormente, a exploração do sal das Salinas Grandes e, já no século XIX com plena ascensão do sistema capitalista, a apropriação de vastas porções de terras férteis pertencentes aos povos originários, que foram massacrados sob o pretexto de “civilização”, deram continuidade a esse processo.

Um reflexo dessa busca por riquezas no “Novo Mundo”, que povoou o imaginário europeu durante a era das grandes navegações, é o próprio nome “Argentina”, derivado do latim *argentum* (prata), evidenciando como a exploração de recursos naturais desempenhou um papel central na lógica econômica colonial. Também deve se ressaltar o pensamento liberal de economistas como Adam Smith que escreveu a obra base do liberalismo clássico “A Riqueza das Nações”, publicada em 1776. Que, por sua vez, influenciou a Teoria de David Ricardo. A “vantagem comparativa” ricardiana foi usada para justificar a especialização argentina como mero exportador de commodities, um projeto que exigia a eliminação dos povos que ‘atrapalhavam’ o agronegócio.

O modelo, voltado ao abastecimento dos mercados internacionais, integrou o território argentino ao sistema econômico global, consolidando sua posição como fornecedor de matérias-primas no cenário mundial, sobretudo para a Inglaterra, que financiou a implantação da malha ferroviária do país. Essa infraestrutura conectava os principais centros produtores ao porto de Buenos Aires, facilitando a exportação para a Europa.

Nesse sentido, deve-se abordar a chamada “Campanha do Deserto” ou “Conquista do Deserto”, títulos que passaram a um discurso oficial e, por isso, frequentemente repassado com uma sensação de orgulho nacional. No entanto, o mesmo já traz em si uma carga simbólica e ideológica que exige uma interpretação crítica. Na verdade, eram termos amplamente usados para explicar as campanhas militares conduzidas pelo governo argentino de finais do século XIX para expandir a fronteira do estado sobre territórios originalmente habitados por povos indígenas, principalmente mapuches, tehuelches e ranqueles. No entanto, “conquista” e “campanha” são termos que tentam encobrir a violência extrema e parece implicar o foco civilizatório ou heroico e refletir uma narrativa através da ótica do vencedor, não do derrotado, ou da desumanização dos povos originários na prática vítimas de expulsão, roubo de suas terras, tiveram seus filhos sequestrados e sofreram com destruição de sua cultura, e principalmente foram vítimas de um genocídio orquestrado pelo estado argentino.

O que hoje facilmente seria julgado pela Corte de Haia por configurarem crimes contra a humanidade, já que segundo a ONU, o “genocídio” que é um termo que foi utilizado pela primeira vez pelo jurista polaco Raphaël Lemkin em 1944 na sua obra “Axis Rule in Occupied” através da junção do grego “geno” com “cídio” derivado da palavra latina matar, se refere não só ao Holocausto, mas também a contecimentos anteriores em que nações inteiras, grupos étnicos e religiosos foram aniquilados.

Ao invés de serem retratados como crimes, as campanhas ainda são ensinadas em escolas de toda a nação como um ato de bravura e pioneirismo, realizado pela Geração de 80, conjurado sobretudo na figura de Julio Argentino Roca, chamado de “Pai da Argentina Moderna”. Sua face serviu como ilustração para o quadro “La Conquista del desierto” de Juan Manuel Blanes (1889) e que hoje é replicado milhares de cópias de cem pesos. O grande historiador Osvaldo Bayer (2014) revela o entrelaçamento entre poder econômico e violência de Estado ao destacar o financiamento privado da Campanha do Deserto. Segundo sua análise, a Sociedade Rural Argentina - fundada em 1868 por José Martínez de Hoz - atuou como cofinanciadora da operação militar, estabelecendo um sistema de recompensas territoriais que beneficiou exclusivamente seus associados. O mecanismo de apropriação seguia uma lógica perversa: cada hectare “conquistado” era adquirido por módicos 4 pesos, permitindo que clãs como os Martínez de Hoz acumulassem impérios de 2,5 milhões de hectares às custas do extermínio dos povos originários.

Por conta disso, ao caracterizar os locais com populações indígenas de uma “terras desertas”, não só se implica que apenas maneiras de organização social similares à europeia eram válidas/identificáveis, mas também se invisibiliza e marginaliza o holocausto e as culturas autóctones. A noção de “terra deserta”, altamente vinculada a narrativas coloniais, é também é apagamento histórico, ao legitimar processos de expropriação territorial do argumento de que a terra em que viviam estes povos eram “vazias” ou “improdutivas” antes da chegada dos colonizadores. Portanto, é algo que fabrica-se uma visão que negligencia a complexidade de suas sociedades, modos de vivência, sistemas de governança e relações com o território, propagando, assim, visões estereotipadas que “ou a nacional continuidade do espírito e do método dos elementos grosseiramente primitivos que se consideram enormemente mais sábios”.

Além disso, essa narrativa do “deserto” serviu historicamente como uma ferramenta política para justificar a expansão territorial do Estado argentino e a consequente violência contra as populações indígenas. Ao rotular vastas extensões de terra como espaços inóspitos e desabitados, o discurso colonial possibilitou a implementação de políticas de ocupação e assimilação forçada, resultando na desapropriação e na perda da autonomia desses povos sobre seus territórios ancestrais. O mesmo discurso pode ser encontrado em outros países pelo continente, com os Estados Unidos, que após orquestrar uma guerra contra o estado mexicano, forçou a “venda” do território da califórnia e empreendeu a chamada “Conquista do Oeste” onde o estado americano e setores privados sob o pretexto da doutrina do Destino Manifesto, que segundo eles justificava a expansão territorial como um direito divino dos colonos anglo-americanos, resultando na violenta expropriação das terras indígenas e no extermínio de diversos povos, a ideia de “civilização e selvageria” também foi amplamente utilizada para justificar esses atos de violência, retratando os indígenas como obstáculos ao progresso e ao desenvolvimento do país.

Cabe salientar que os horrores cometidos no final do século XIX, prosseguiram também no século XX, como no “Massacre de Napalpí” em 19 de julho 1924, quando centenas de membros das comunidades “Moqoit” e “Qom” foram brutalmente assassinados por policiais, militares e latifundiários na Redução Aborígene de Napalpí, no Chaco. Um grande detalhamento, através do documento do jornalista Verónica Smink BBC News Mundo, em abril de 26, 2022, revelou que essas pessoas, entre elas crianças e idosos, tinham uma condição análoga à escravidão no campo de algodão. Quando tomaram a iniciativa de mobilizar uma greve em busca de condições menos desumanas, as tropas da ditadura realizaram uma operação

de varredura militar, deixando mais de 400 mortos em menos de uma hora. Um dos detalhes mais monstruosos é que o massacre foi planejado e realizado minuciosamente com um avião que estourava balões com lacrimogêneos para atrair e abater os fugitivos, como foi registrado pelo etnógrafo alemão Roberto Lehmann-Nitsche.

Ainda segundo a reportagem, a reconstituição dos testemunhos recolhidos no processo judicial posterior, revelou detalhes estarrecedores como; corpos brutalmente mutilados para retirar “troféus”, valas comuns e crianças sobreviventes distribuídas em serviços domésticas. Como lembrou Ana Noriega, da Fundação Napalpí, à BBC, 70 a 80% da população da redução foi exterminada; dos poucos sobreviventes, os últimos morreram miseravelmente não muito depois e os restantes tiveram de se refugiar por mais dez anos. Ao mesmo tempo, o Estado apagava os vestígios do crime tanto quanto deles lembram elementos como a força de olvidos semelhantes a um arranque de rapazes ou a Inquisição colonialista, assassinando qualquer tentativa de memorização ou irradiação da história, desde o nome das vítimas até ao Idioma. Mais revelador, este massacre não era uma anomalia, mas representativo da violência sistêmica contra o povo indígena argentino, uma história traumática ainda marginalizada nos livros didáticos.

Todavia, desde 2017, as visões preconceituosas em relação aos indígenas se avolumaram. Segundo Colombo (2017) em reportagem do jornal Nexo, voltou-se a escutar entre a elite portenha expressões como ‘é preciso pacificar o sul’ e ‘o sul segue habitado pela barbárie’, em termos similares aos do século 19".O governo argentino tem inclusive caracterizado, de forma controversa, alguns grupos mapuche como “terroristas”. Os mapuche são tradicionalmente estereotipados como “chilenos” que teriam “invadido” a Argentina, por parte da opinião pública do país. Ainda segundo a jornalista, em janeiro de 2018, o ex-presidente Mauricio Macri vocalizou essa visão europeizante. Ao defender um acordo comercial com a União Europeia, comentou que “na América do Sul, somos todos descendentes de europeus”.

Estudos recentes têm revisitado a Campanha do Deserto sob a perspectiva dos povos originários. Como registrado por Meyer (2022), o massacre dos povos indígenas da Patagônia, ocorrido durante a Campanha do Deserto (1878-1890), chegou à Justiça argentina. Em 16 de agosto, Ivana Noemí Huenelaf, uma mulher Mapuche-Tehuelche, ingressou com uma ação no Tribunal Federal de Retiro, em Buenos Aires, acompanhada por seu advogado Fernando Cabaleiro, da ONG Naturaleza de Derechos. A denúncia, de 80 páginas, solicita a abertura de

um Julgamento pela Verdade para apurar crimes que se enquadram como genocídio, incluindo tortura, execuções, desaparecimentos forçados, buscas ilegais, transferências coercitivas, escravidão e sequestro de crianças. Os autores do processo exigem que, neste marco jurídico, seja declarado o caráter genocida desses fatos e determinadas as medidas de reparação correspondentes.

Ainda em 2022 o ex- presidente Alberto Fernández foi ao encontro do opositor (Macri) dizendo que, “Octavio Paz escreveu uma vez que os mexicanos vieram dos índios, os brasileiros vieram da selva, mas nós, argentinos, viemos dos navios.”(FERNÁNDEZ, 2021). Além de não ter levado em conta que as duas maiores potências da América-Latina (Brasil e México), serem países altamente miscigenados, ele estava tentando, reafirmando um projeto nacional que insiste em se conceber como europeu, mesmo que para isso tenha que varrer séculos para debaixo do tapete a barbárie herdada e perpetuada pela nação. Em um projeto que fez do genocídio o progresso, que ensina a reverenciar Sarmiento, Avellaneda e Roca nas escolas, mas não diz os nomes das crianças que morrem de fome no Chaco ou do Povo Selk’nam mortos por maus tratos nos colégios católicos na Ilha Dawson. Com base no censo de 2022 existem cerca de 1.306.730 argentinos que se consideram indígenas ou descendentes, quase 3% de sua população. Mas isso é só a ponta visível do iceberg. Quanto mais deixaram de se declarar por vergonha herdada, por medo, por terem aprendido desde criancinhas que ser indígena é sinônimo de falta de “civilidade”.

Parte da sociedade argentina que se imagina branca e europeia precisa encarar seus espelhos. Em Jujuy e Salta, 10% da população é indígena são rostos, línguas, histórias que desafiam diariamente esse mito ridículo do “país dos barcos”. Em Neuquén e Río Negro, comunidades mapuches resistem a petrolíferas enquanto o Estado finge não vê-las. Em Formosa, mulheres wichis tece sua cultura em uma paisagem de falta de água potável. Em Misiones e Corrientes, a língua guarani resiste implacavelmente ao “castelhano”, mantendo os laços linguísticos que se estendem pela Argentina, Brasil, Paraguai e Bolívia vivos. O eurocentrismo não é apenas um erro histórico: vemos essa violência ocorrendo agora, quando chamamos terras ancestrais de “recursos naturais”, direitos indígenas de “obstáculos ao desenvolvimento”.

Assim, a fala presidencial revela o quanto a nação argentina precisa descolonizar o ilusório nacional e parar de reproduzir o racismo em relação aos seus países vizinho e de sua própria população, uma vez que segundo o Censo Nacional de Población, Hogares y

Viviendas(2022) cerca de 302.936 argentinos são afrodescendentes. Enquanto Buenos Aires se vangloria de sua arquitetura francesa, nas periferias e no interior, pulsam culturas indígenas que reinventam sua resistência a cada geração. Isso não significa romantizar o passado, mas não podemos deixar de entender que o presente foi erguido sobre um silêncio forçado. Sim, os “barcos” trouxeram pessoas que enriqueceram o país e María Remedios del Valle(Grande guerreira da independência), sempre será o símbolo de que nem todas eram brancas .

Dar uma chance genuína para descolonizar o imaginário argentino não significa apenas revisões historiográficas, mas implica em reconhecer também uma redistribuição de poder. Significa discutir por que uma nação foi erguida sobre terras usurpadas e vozes sufocadas e perguntar por que os currículos escolares ainda permanecem tratando as Campanhas do Deserto como epopeias civilizatórias e não como os genocídios que realmente foram. Significa reconhecer que a dívida histórica é atual: enquanto os terratenentes exportam commodities de alimentos e biocombustíveis, as comunidades mapuches são presas e criminalizadas por meio dos escassos territórios que restam. A verdadeira Argentina nunca esteve somente nos navios ou em Buenos Aires; ela está nos que resistiram, sendo forçados ao esquecimento e nos que se recusam a esquecê-la, apesar de tudo. Está nas línguas indígenas que insistem na sobrevivência, nas memórias que persistem em florescer nos espaços deixados pela saudade e a dor.

REFERÊNCIAS

- ARGENTINA. Resultados definitivos del Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2022. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC), 2023. Disponível em: <https://censo.gob.ar/index.php/ya-se-encuentran-disponibles-los-resultados-del-censo-2022-por-gobiernos-locales/>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- ALMIRÓN, A.; LÓPEZ CALVO, M. Argentina y el mundo: formación del territorio. ANIDA. Atlas Nacional Interactivo de Argentina. Instituto Geográfico Nacional, 2020. Disponível em: https://static.ign.gob.ar/anida/fasciculos/fasc_formacion_territorio.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BALAZOTE, Alejandro; VALVERDE, Sebastián (Compiladores). *Los pueblos indígenas y el Estado nacional*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial de la Imprenta del Congreso de la Nación, 2023. p. 5.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. "Tratado de límites con Argentina". In: *Aníbal Pinto Garmendia (1825-1884)*. Memoria Chilena. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-92197.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- BRACCO, D. Los charrúas y Cayastá a partir de la mudanza del año 1784. *Revista TEFROS*, v. 20, n. 2, p. 76-105, jul./dez. 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/34656353/Charrúas_y_aculturación_la_primera_década_en_Concepción_de_Cayastá_1750_1760_. Acesso em: 14 dez. 2024.
- CALFUCURÁ. Carta ao General Justo José de Urquiza. Michitué, 22 de abril de 1861. In: PUEBLOS ORIGINARIOS. Documentos históricos mapuche. [*Michitué*], [22 de abril de 1861.]. Disponível em: https://pueblosoriginarios.com/textos/mapuche_cartas/urquiza-22-04-1861.html. Acesso em: 10 jul. 2024.
- CHAO, Daniel. O território do Gran Chaco argentino como espaço-problema militar nas memórias de seus governadores (1872-1884). *AHILA* 2020. Disponível em: https://ahila2020.sciencesconf.org/data/pages/Daniel_Chao.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.
- COGGIOLA, Osvaldo. Travessia: Migrações. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 107.

CAMASSA, Jose. 'Neve e sangue': o acirramento da questão indígena na Argentina. Nexo Jornal, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/neve-e-sangue-o-acirramento-da-questao-indigena-na-argentina>. Acesso em: 28 jul. 2024

CONI, Pablo Emilio. *Mapa de la República Argentina y de las Repúblicas del Uruguay, Paraguay y Chile*. 1868. Disponível em: <https://www.geografiainfinita.com/2016/10/la-historia-de-argentina-vista-a-traves-de-los-mapas/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

DIARIO JORNADA. Roca restableció la esclavitud en la Argentina. Sociedad, 2023. Disponível em: https://diariojornada.com.ar/93109/Sociedad/Roca_restablecio_la_esclavitud_en_la_Argentina. Acesso em: 27 mar. 2025.

DUARTE, Maria Amália. Apuntes sobre as colônias agrícolas de Santa Fé. Disponível em: <https://sedici.unlp.edu.ar/b/manipular/109/116/Documento.1077.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

EDUC.AR. Discurso de Julio A. Roca ante o Congresso Nacional. 2015. Disponível em: <https://www.educ.ar/recursos/128684/discurso-de-julio-a-roca-ante-el-congreso-nacional>. Acesso em: 21 jan. 2025.

FERNÁNDEZ, Alberto. "Escribió alguna vez Octavio Paz que los mexicanos salieron de los indios, los brasileiros salieron de la selva, pero nosotros los argentinos llegamos de los barcos." Discurso proferido em Buenos Aires, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-57422159>. Acesso em: 11 dez. 2024.

FRADKIN, Raúl. *La Historia de las Ciudades Argentinas*. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2021.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Historia Contemporánea de América Latina*. Alianza Editorial, 1985.

HUENELAF, Ivana Noemí; CABALEIRO, Fernando. El genocidio indígena de la Campaña del Desierto llegó a los tribunales argentinos. Agência Presentes, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://agenciapresentes.org/2022/08/17/el-genocidio-indigena-de-la-campana-del-desierto-llego-a-los-tribunales-argentinos/>. Acesso em: 29 mar. 2025.

LENZ, Maria Heloisa. A ligação especial da Argentina com a Grã-Bretanha no final do século XIX: tratados e investimentos. In: *Congresso Brasileiro de História Econômica*, 6., 2003, Conservatória.

Anais [...]. Conservatória: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003. v. 4.

LINDEN, Eugene. "The Exploding Cities of the Developing World". *Foreign Affairs*, vol. 75, n. 1, Washington, jan.-fev. 1996, p. 52.

LOIS, Carla. *De desierto ignoto a territorio representado: cartografía, Estado y territorio en el Gran Chaco argentino (1866-1916)*. Buenos Aires: Instituto de Geografía, Faculdade de Filosofia y Letras, Universidade Buenos Aires, 2002. p. 20.

LORIENZ, Federico. *Guerras de la historia Argentina*. Ariel Historia. 1. ed. Buenos Aires: Ariel Argentina, 2015. p. 235.

MAYO, Carlos. *Economía y Sociedad en el Norte Argentino Durante la Colonia*. Fondo de Cultura Económica, 2009.

NAVARRO FLORIA, Pedro. La conquista de la memoria: La historiografía sobre la frontera sur Argentina durante el siglo XIX. *Revista Universum*, v. 20, n. 1, p. 88-111, 2005. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762005000100007. Acesso em: 18 jan. 2025.

OCAMPO LÓPEZ, Javier. Domingo Faustino Sarmiento, el Presidente de Argentina "Maestro de América". *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*, ISSN 0122-7238, n. 2, p. 11-36, 2000. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3302266>. Acesso em: 21 fev. 2025.

PASSETTI, Gabriel. Confederações indígenas em luta por participação política, comercial e territorial: Argentina, 1852-1859. 2010. Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/KXYRSFrwjRsrjrp5x5W4Xh/?lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2025.

PUEBLOS ORIGINARIOS. Calfucurá. *Pueblos Originarios*. Disponível em: <https://pueblosoriginarios.com/biografias/calfucura.html>. Acesso em: 18 jan. 2025.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilización y barbarie en las pampas argentinas*. 4. ed. Paris: Librería Hachette y Cía, 1874. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra/facundo-o-civilizacion-i-barbarie-en-las-pampas-argentinas-0/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

RAYES, Agustina. La estadística de las exportaciones argentinas, 1875-1913. Nuevas evidencias e interpretaciones. *Investigaciones de Historia Económica*, [S. l.], v. 10, n. 1, p.120,121, jan. 2014. Disponível em: <https://www.elsevier.es/es-revista-investigaciones-historia-economica-economic-328-articulo-la-estadistica-exportaciones-argentinas-1875-1913--S1698698914000204>. Acesso em: 30 jul. 2024

UNRIC. ONU promove maior conhecimento sobre o crime de genocídio.** *Centro Regional de Informação das Nações Unidas*, [s.d.]. Disponível em: <<https://unric.org/pt/onu-promove-maior-conhecimento-sobre-o-crime-de-genocidio/>>. Acesso em: 29 mar. 2025.